



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

**PROPOSTA DE UM MODELO DOS PROCEDIMENTOS DAS
OSCIP'S COM COMPROMISSO SOCIAL ATRAVÉS DO
MICROCRÉDITO**

OMAR DOS SANTOS SILVA

RECIFE, FEVEREIRO, 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
RURAL

PROPOSTA DE UM MODELO DOS PROCEDIMENTOS DAS OSCIP'S COM
COMPROMISSO SOCIAL ATRAVES DO MICROCRÉDITO

OMAR DOS SANTOS SILVA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. André Marques Cavalcanti

Área de Concentração: Teoria da Administração

RECIFE, FEVEREIRO, 2016



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
RURAL

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
MESTRADO ACADÊMICO DE

OMAR DOS SANTOS SILVA

*PROPOSTA DE UM MODELO DOS PROCEDIMENTOS DAS OSCIP'S COM
COMPROMISSO SOCIAL ATRAVES DO MICROCRÉDITO*

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera o candidato OMAR DOS SANTOS SILVA

Orientador:

Prof. ANDRE MARQUES CAVALCANTI, DSc
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Banca Examinadora:

Prof. ANDRE MARQUES CAVALCANTI, DSc
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. MARCOS FELIPE SOBRAL, DSc
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. MARCELO LUIZ MONTEIRO MARINHO, DSc
Universidade Federal de Pernambuco - DINFO

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha família, meus filhos Matheus Henrique e Marília Gabrielle e em especial a minha querida esposa Margaret Correia, que soube me apoiar e pressionar nos momentos certos, fazendo com que eu realizasse esse sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, que é soberano em todas as coisas, a família, que me deram a base de sustentação, aos amigos que de forma direta ou indireta estiveram ao meu lado dando apoio e coleguismo, necessários para não desistir e em especial ao meu Professor e orientador André Marques que aceitou encarar comigo a elaboração desse trabalho após algumas intempéries ocorridas.

Agradeço ao meu orientador André Marques que foi parceiro no momento mais crucial desse caminho.

Ao professor Péricles, que me deu apoio e suporte para que eu pudesse ficar tranquilo para desenvolver esse trabalho, ao qual sou muito grato.

Aos colegas da FACOL, e do PADR, meu muito obrigado.

RESUMO

É salutar analisar a relevância do papel das OSCIP's de Microcrédito, uma vez que o microcrédito fomenta o empreendedorismo e minimiza a pobreza através de financiamento de projetos para pequenos empreendedores. Este trabalho apresenta a de Modelo Conceitual de uma OSCIP de Microcrédito onde se pôde comparar com os procedimentos implementados pela OSCIP Acreditar localizada no município de Glória do Goitá – PE, onde se percebeu que essa OSCIP, que desde 2007, opera com o microcrédito na região e que consegue fomentar recursos para pequenos empreendedores locais, dar suporte técnico com baixo custo para os tomadores e ainda assim conseguem ser eficientes para se auto sustentar, mantendo assim a continuidade do programa. A metodologia utilizada nesse trabalho inicialmente buscou-se utilizar uma abordagem qualitativa com aporte quantitativo e seguiu três etapas: 1) pesquisa bibliográfica com análise de literatura, de artigos relacionados ao tema, bem como obras de autores relevantes que deu suporte para a elaboração deste modelo conceitual, 2) uso do banco de dados disponibilizados pela OSCIP Acreditar e, 3) Ainda foram utilizados dados de pesquisa realizada com 151 microempreendedores do município do centro comercial do município, através de um questionário. Pode-se observar com esse trabalho que o modelo conceitual demonstrou-se aderente com o modelo existente na OSCIP, constatado pela observação da OSCIP, através de seus procedimentos.

Palavras chave: Modelo Conceitual; OSCIP de Microcrédito , eficiência, auto sustentabilidade. Pequenos empreendedores; OSCIP.

ABSTRACT

It is salutary to analyze the important role of OSCIP's Microcredit, since microcredit promotes entrepreneurship and minimizes poverty through project financing for small entrepreneurs. This paper presents the conceptual model of a OSCIP Microcredit where it could compare with the procedures implemented by OSCIP believe in the municipality of Gloria do Goitá - PE, where he realized that OSCIP, which since 2007 operates with microcredit in the region and can promote resources for small local entrepreneurs, provide technical support to low cost to borrowers and still manage to be efficient for self sustaining, maintaining the continuity of the program. The methodology employed in this work initially aim was to use a qualitative approach with quantitative contribution and followed three steps: 1) bibliographical research with literature analysis, articles related to the topic, as well as relevant authors works that gave support to the development of this model conceptual, 2) use of the database provided by OSCIP believe and 3) were yet used survey data conducted with 151 micro-entrepreneurs in the city of the city commercial center, through a questionnaire. It can be seen from this work that the conceptual model was demonstrated bonded with the existing model OSCIP, verified by observation of OSCIP through its procedures.

Keywords: Conceptual Model; OSCIP Microcredit, efficiency, self-sustainability. Small entrepreneurs; OSCIP.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Definições sobre microcrédito.....	27
Quadro 2: Características do Microcrédito Produtivo Orientado.....	29
Quadro 3: Microcrédito	32
Quadro 4: Pré Requisitos para uma OSCIP	37
Quadro 5: Documentação Exigida para Obtenção do Título de OSCIP.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Volume de Crédito Concedido para Microcrédito Produtivo Orientado.....	33
Tabela 2 Principais Características do Município de Gloria do Goitá – PE.....	50
Tabela 3: Perfil da População do Município de Gloria do Goitá – PE.....	51
Tabela 4: Perfil dos Contratos Liberados.....	53
Tabela 5: Localidade Atendida pela Acreditar	53
Tabela 6: Ramo de Atividade.....	54
Tabela 7: Perfil do Crédito	54
Tabela 8: Análise Comparativa dos Procedimentos do Modelo Conceitual e da OSCIP Acreditar	60

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura de Microfinanças No Brasil	30
Figura 2 - Fluxograma Referente ao Processo de Solicitação do Microcrédito Produtivo Orientado	40
Figura 3: : Modelo Conceitual de uma OSCIP de MCPO MCPO	48
Figura 4: Fluxo Operacional Acreditar	58

LISTA DE GRÁFICOS

GRAFICO 1: Ofertantes de MCPO em Gloria do Goitá-PE	49
GRAFICO 2: Ofertantes de MCPO em Gloria do Goitá-PE	52
GRÁFICO 3 – Ramo de Atividade do Microcrédito em /Gloria do Goitá-PE	55
GRAFICO 4: Avaliação de a OSCIP Acreditar.....	55
GRAFICO 5: Uso do Microcrédito por Instituições	56

LISTA DE SIGLAS

ABCRED	Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Solidário e Entidades Similares
BCB	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
MCPO	Microcrédito Produtivo Orientado
MEI	Microcrédito Empreendedor Individual
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar RTS Rede de Tecnologia Social
SCM	Sociedade de Crédito ao Microempreendedor
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1. Objetivo Geral.....	16
1.2. Objetivos específicos.....	16
1.3. Estrutura do Trabalho.....	16
2. REVISÃO TEORICA	18
2.1. O Crédito	18
2.2. Microfinanças e Microcrédito	23
2.3. Microcrédito Produtivo Orientado	28
2.4. Terceiro Setor.....	34
2.5. OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público	36
3. METODOLOGIA	41
3.1. Procedimentos e Técnicas Adotadas	41
3.1.1. Banco de Dados	42
3.1.2. Modelo Conceitual.....	42
3.2. O Negócio.....	43
3.3. OSCIP de Microcrédito	44
4. RESULTADO DA PESQUISA	52
4.1. Acreditar	52
4.1.1. Caracterização do Município	52
4.1.2. Caracterização da OSCIP	54
4.1.3. Fluxo Operacional do Desembolso do Microcrédito da ACREDITAR:.....	59
5. CONCLUSÕES	63
ANEXOS	71
ANEXO 1: RELAÇÃO CONTRATOS LIBERADOS - Acreditar de 2007 a 2016.....	72
APENDICES.....	73
APÊNDICE 1: Questionário.....	74

1. INTRODUÇÃO

Com um mercado cada vez mais competitivo e a oferta de empregos formais cada vez menores, a população vem buscando alternativas para sobreviver financeiramente e que torna esses indivíduos empreendedores por necessidade. Esses indivíduos criam empreendimentos de pequeno porte, os chamados Micro empreendedores (SEBRAE, 2016), que em sua maioria trabalham na informalidade resolvendo ainda que precariamente as suas necessidades básicas.

A maior dificuldade para que haja a criação de um empreendimento, está sempre relacionado à falta de recursos financeiros próprios, ou seja, o crédito, que é o capital necessário para iniciar ou até mesmo manter um empreendimento. O microcrédito vem sendo visto como uma alternativa eficaz para a promoção de desenvolvimento social e econômico de uma localidade.

Para Shumpeter (1988), o empreendedor necessita de crédito para que assim possa produzir e se tornar auto-suficiente na execução de suas atividades, transformando seus fatores disponíveis em empreendimento, ao qual o torna um empreendedor.

O problema para obter este financiamento de capital de giro ou capital fixo, esbarra na dificuldade do sistema bancário tradicional em fazer exigências de diversas garantias para sua concessão. Esses entraves burocráticos e altos custos de transação das operações bancárias dificultam esse acesso. Daí a necessidade de alternativas para superar essas barreiras ao crédito.

As dificuldades sofridas por parte dos Pequenos Empreendedores é devida a baixa oferta de crédito, pois o volume e taxa de juros disponíveis não são acessíveis através dos meios tradicionais (bancos), pelo fato destes não possuírem requisitos básicos, tais como, registro (CNPJ), garantias reais, avalistas, enfim, pelos altos custos de transação envolvidos.

Esses micro empreendedores buscam a todo custo, fugir dessa condição de pobreza extrema criando empreendimentos, inicialmente para subsistência, mas que trazem, de alguma forma benefícios financeiros e desenvolvimento local (YUNUS, 2006).

Uma alternativa existente é o Microcrédito Produtivo Orientado (MCPO) e que, segundo FOLSTER (2010), são voltadas as atividades produtivas de pequeno porte ao qual o relacionamento se dá de forma direta com o agente de crédito.

O uso do Microcrédito Produtivo Orientado (MCPO) funciona como uma espécie de fonte que incentiva ganhos para o pequeno empreendedor, agindo como instrumento de fomento ao empreendedorismo local, e conforme Shumpeter, (1988), não há empreendedorismo sem crédito.

Nesse contexto, o papel das OSCIP's (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Publico) juntamente com alguns bancos oficiais, é de suma importância para fomentar essa modalidade de crédito, pois mesmo os que trabalham na informalidade e não possuem as garantias exigidas, têm acesso ao crédito, que é fundamental para iniciar e manter os seus empreendimentos (MONZONI).

Esse microcrédito é liberado de acordo com uma metodologia específica (MONZONI, 2006) onde são consideradas as especificidades de cada empreendimento. Esse processo tramita desde a sua elaboração, passando pela liberação dos recursos (visando a melhor forma de aplicação), passa pelas etapas seguintes com acompanhamento técnico até a quitação do recurso. Esse processo segue até mesmo após execução do projeto, quando a partir então ele passa a atender as necessidades do empreendimento.

Os micro empreendedores (Pequenos Empreendedores), que fazem uso do MCPO, tendem a investir seus retornos no próprio município, com a renda gerada através da aquisição de bens de consumo, nos levando a indagar a seguinte pressuposição levantada:

As OSCIP's de microcrédito tem um papel fundamental como elemento potencializador para o incremento da renda dos pequenos empreendedores impulsionando os projetos fomentando recursos para investimentos e custeio, capacitação e acompanhamento do negócio, gerando em decorrência, continuidade nas relações.

Normalmente os trabalhos de pesquisa se propõem a analisar dados estatísticos gerais dando conta de volume de crédito, número de beneficiários, propósitos, e o perfil dos tomadores.

Este trabalho propõe demonstrar um MODELO CONCEITUAL utilizando as OSCIP's de Microcrédito como agente catalisador desse processo, analisando a sua eficiência e auto sustentabilidade, e ainda poder manter recursos disponíveis para fomentar o desenvolvimento de projetos produtivos para os pequenos empreendedores. Dessa forma poder observar a geração efetiva de políticas públicas de crédito e para o melhor aproveitamento dos recursos privados administrados por entidades solidárias da sociedade civil como é o caso de algumas OSCIP's (MONZONI NETO, 2006).

Dessa forma, como é possível as OSCIP'S de Microcrédito garantirem o recurso com baixo custo e baixo nível de garantias? Quais os instrumentos que garantem a baixa inadimplência e a continuidade dos serviços por ela desenvolvidos? E ainda se auto sustentar sob essas condições?

1.1. Objetivo Geral

Propor um MODELO CONCEITUAL de OSCIP de Microcrédito, que possibilite trabalhar de forma autossuficiente através de um modelo de gestão eficiente, visando a efetividade e continuidade do fomento para os Pequenos Empreendedores.

1.2. Objetivos específicos

- Comparar o modelo conceitual de uma OSCIP de Microcrédito quanto a sua efetivação no processo de liberação do recurso
- Verificar os processos que tornam uma OSCIP eficiente e autossustentável, a partir da observação do modelo proposto da OSCIP Acreditar;
- Comparar o modelo usando informações fornecidas pela OSCIP Acreditar localizada no município de Glória do Goitá –PE (Estudo de caso).

1.3. Estrutura do Trabalho

A estrutura dessa dissertação está dividida em três capítulos, além da introdução,

No segundo capítulo, tem-se uma abordagem teórica, que se discute componentes para dar sustentação aos argumentos estruturadores desse trabalho.

O terceiro trata-se de um capítulo metodológico onde se discute uma proposta de modelo Conceitual de uma OSCIP de Microcrédito que opere de forma eficiente exercendo um papel de agente catalisador no processo efetivação do crédito e seu impacto para a vida dos micro empreendedores individuais tomadores desse recurso.

Por fim no quarto capítulo, tem-se uma discussão dos dados obtidos, a partir de um estudo de caso na OSCIP Acreditar, localizada no município de Glória do Goitá, em Pernambuco, e seu papel de agente catalisador na região e na vida desses micro empreendedores, ao qual pôde-se comparar o modelo proposto com o existente na OSCIP acreditar.

2. REVISÃO TEORICA

Este capítulo apresenta a fundamentação teórica para que seja possível embasar esta dissertação. Onde na A primeira parte da fundamentação teórica aborda-se o conceito de crédito, e suas funcionalidades, e características, numa segunda parte, são apresentadas as definições e diferenças entre Micro finanças e Microcrédito e de forma específica o Microcrédito Produtivo Orientado. E por fim, foi apresenta-se uma discussão teoria acerca do Terceiro Setor e de forma específica, uma abordagem sobre as OSCIPS.

2.1. O Crédito

Inicialmente é necessário definir o que é crédito, trata-se de uma palavra originaria do latim, *creditum* e significa confiança/crença (SIDOU, 2009). No sentido econômico consiste na entrega de um valor presente para pagamento futuro, mediante promessa preestabelecida (SILVA, 2008). Desta forma, entende-se por crédito como a capacidade que as pessoas físicas ou jurídicas possuem de assumirem compromissos, visando financiamentos ou empréstimos dentro do mercado, na entrega de determinado um valor atual com promessa de pagamento (SILVA, 2008). Já em finanças, refere-se a disponibilidade de recursos para venda a prazo, de seus produtos ou banco comercial (SILVA, 1998). Para o entendimento sobre crédito bancário são os recursos disponíveis para concessão com os objetivos de empréstimos (consumo) ou financiamento (produto), ou seja, este é o próprio negócio do banco.

Conceder crédito é disponibilizar recursos financeiros com promessa de retorno (principal) mais sua remuneração (Juros). Juros referem-se ao custo ou a remuneração pelo uso deste recurso (ASSAF NETO, 2009).

Para que ocorra a concessão de crédito, é necessária disponibilidade de capital no sistema financeiro/bancário, suficiente para que se financie/incentive o investimento ou o custeio do tomador, buscando assim, fomentar o crescimento daqueles que o utilizam e, conforme BERNI (1999; p.19) "crédito, na essência, é mais do que conceder empréstimos, medindo-se a capacidade de solvência de um tomador". Para Assaf Neto (2009), o crédito pode assumir duas formas: o crédito

mercantil e o crédito pessoal. O mercantil é oferecido a empresas e o crédito pessoal ao consumidor.

Berni (1999) e Assaf Neto (2009), ainda apresentam dois conceitos ligados a crédito, mas com objetivos diferentes: o financiamento e o empréstimo. Por financiamento, (ASSAF NETO, 2009) refere-se como o crédito destinado a compra de máquinas, veículos e equipamentos, tendo o próprio bem como garantia do financiamento. Já no caso do empréstimo tem destino específico, ficando a critério do tomador a forma com que os recursos serão utilizados.

O crédito além de sua função de incentivo no mercado, ainda possui uma função social (ASSAF NETO e SILVA, 1997), pois tem o poder de elevar o nível das atividades empreendedoras desses indivíduos, estimulando o consumo com a aquisição de bens duráveis ou não duráveis e serviços. No lado das empresas, o crédito possibilita o investimento em tecnologia, capital de giro, aquisição de equipamentos e custeio.

A responsabilidade de disponibilizar crédito para o mercado é dos bancos comerciais, pois são eles que têm a capacidade de gerar recursos, captando junto aos poupadores e disponibilizando para os tomadores, recebendo depósitos, realizando pagamentos, efetuando empréstimos de recursos ou recebimento dos pagamentos das operações de crédito, e com isso, gera oportunidades de negócios para os agentes econômicos (SANTOS, QUINTAIROS e VIEIRA, 2013).

O banco ainda tem como uma de suas funções manter um sistema de pagamento propício para liquidação e transações que são realizadas na economia. Mas para disponibilizar esse crédito, os bancos tradicionais, esbarram em um problema recorrente na economia, a inadimplência. Para isso, os sistema bancário busca alternativas para reduzir o chamado Risco de Crédito, visando eliminar esse custo de transação. Esse Risco de crédito é o risco de que o tomador dos recursos não honre a obrigação ou o empreendimento não renda o esperado. (CVM, 2014)

Há tempos que a noção de que as estruturas financeiras, que operam na livre concorrência de mercados, funcionando em concorrência perfeita e que as informações são completas e simétricas. Estas informações não devem interferir nas escolhas dos agentes econômicos em relação às suas decisões de investimento, poupança, e consumo. Sendo assim, portanto, essa estrutura não teria influencia

negativa no desempenho na economia de países. Para os especialistas, uma intervenção governamental seria recebida como fator negativo para o funcionamento do mercado (RIGUETTI, 2008).

A existência de informações imperfeitas cujos elevados custos de transação no mercado de crédito impõem restrições de liquidez que, conseqüentemente, afetam as decisões de consumo e investimento, e daí poderá afetar o desempenho econômico de um país. (VARIAN, 2007),

Numa abordagem neoclássica, o equilíbrio do mercado, que opera numa concorrência perfeita, seria necessário que a oferta se iguale a demanda, e os níveis de preço possam por si só, determinar esse equilíbrio, não havendo assim excessos nem de por parte da demanda nem da oferta (VARIAN, 2007),

Para Rigueti (2008; 28) “Uma vez que os mecanismos de preços exerçam seus papéis, não haverá excesso de demanda ou oferta”. Mas para o mercado de crédito essa lógica não se aplicaria, pois os agentes credores (Oferta) não se preocupam apenas com a taxa de juros, ao qual receberiam e sim com o risco relacionado a essa operação. (RIGUETTI, 2008). O credor estaria então, preocupado com a quitação do seu valor principal, (BRAGA e TOLEDO JR, 2000),

Do ponto de vista do tomador, a preocupação está relacionado a sua capacidade em honrar esse empréstimo e para que isso ocorra, dependeria de um projeto que seja relacionado a esse empréstimo e de claro, de sua pré-disposição a pagar. (BRAGA e TOLEDO JR., 2000)

Varian (2007) destaca, que a assimetria de informação no mercado de crédito, semelhante ao mercado de “abacaxis” (VARIAN, 2007), onde o tomador e credor não possuem o mesmo nível de informações sobre a transação. Dessa forma o devedor tem melhores condições de avaliar o risco envolvido no projeto financiado (viabilidade econômica); e suas reais intenções de condução do empreendimento e capacidade de pagamento do empréstimo (monitoramento do projeto).

As conseqüências dessas assimetrias de informação gera o surgimento de uma seleção adversa e o risco moral no mercado de crédito. A seleção adversa refere-se a uma situação na qual um dos lados da transação não pode observar as ações do outro; é o problema da ação oculta.

O risco moral refere-se à impossibilidade de uma das partes verificarem a qualidade dos bens transacionados; e o problema da informação oculta (VARIAN, 2007).

Ainda segundo Varian (2007), supondo que estejam em um mercado que opera em concorrência perfeita, tomadores que não fossem atendidos inicialmente, poderiam aceitar adquirir um empréstimo com uma taxa de juros mais elevada, tornando assim, a demanda igual a oferta.

A taxa de juros não pode ser o único instrumento para equilibrar a demanda de crédito por duas razões, segundo Riguetti, 2008, o uma elevação nas taxas de juros pode desestimular os bons tomadores pelo fato de que os custos se elevariam induzindo assim aqueles tomadores menos avessos ao risco, podendo gerar a inadimplência. O problema da seleção adversa e ainda o risco moral, pois os bons tomadores tendem a não empreender e os maus tomadores a não honrar seus empréstimos.

A partir daí, os bancos que dependem do pagamento dos juros para se remunerar, e com essa assimetria de informações por parte dos tomadores, tendem a recusar empréstimos que tenham um determinado nível de informações que julgue inferior ao que acreditam ser suficiente seguro (ASSAF NETO, 2009)

Sendo assim, afirma-se que os problemas com o incentivo em operações de crédito, se baseiam na existência de assimetria de informação e essas operações resultam em elevados custos para economia. Braga e Toledo Jr (2000) ainda destaca que poderia ser o caso dos pequenos empreendedores, que operam na informalidade, pois como não possuem garantias reais para seus empréstimos, os pequenos valores disponibilizados não compensariam pelo fato do valor ser muito pequeno.

Esse fato ocorre muito em países mais pobres, ou em considerados países em desenvolvimento, onde se pode verificar que grande parcela da população se encontra abaixo da linha de pobreza e o setor informal e as micro e pequenas empresas predominam e ainda assumem um papel importante na geração de emprego e renda. (BRAGA e TOLEDO JR, 2000)

Por isso os bancos, conforme BRAGA e TOLEDO Jr (2000) apresentam que:

1. Há custos com o monitoramento das operações de empréstimos;
2. Os contratos são mais rigorosos, exigindo do tomador, maiores garantias para que possam ser cobradas no caso de não efetuarem o pagamento.

Como consequência na utilização destes instrumentos protetivos, tem-se uma elevação dos custos de transação no mercado de crédito, por isso há uma exclusão daqueles que não se dispõem dessas garantias.

Dentre esses excluídos estão os pequenos empreendedores, formais ou informais, os quais não têm condições de financiar seus empreendimentos.

Como não há forma mágica para eliminar esse risco, e as instituições financeiras não possuem informações suficientes que garantam que o tomador do crédito honre seus compromissos, essas instituições passam a estabelecer formas de reduzir o risco, exigindo uma série de garantias ou realizando análises desses tomadores. Pois como se sabe, as IF (Instituições Financeiras) não possuem as informações de forma homogênea dos agentes Tomadores, gerando assim uma assimetria de informações. Isso viola uma premissa básica de um mercado em concorrência perfeita (SOUZA, 1991), e impedem que os agentes tomem decisões racionais. (VARIAN, 2007).

Como o tomador e as IF não possuem o mesmo nível de informações, o tomador passa a ter maior vantagem nesse contexto, pois o banco não poderá avaliar as condições deste em quitar seus compromissos financeiros, mesmo com o investimento em ferramentas de avaliação de crédito, que vise minimizar essa ausência de informações, o tomador poderá não honrar o compromisso, a esse fato dá-se o nome de risco moral (VARIAN, 2007). Risco moral é um problema de ação oculta.

Algumas das formas utilizadas pelo sistema bancário tradicional são as exigências de garantias reais (bens), sistema de pontuação (*Credit-scoring*), classificação institucional (*Rating*), enfim, estratégias para não haver perda de lucro.

Se por um lado os concessionários de crédito têm alto custo de transação para minimizar as perdas, os tomadores que honram seus compromissos pagam o preço por aqueles que não o fazem. Isso faz com que as taxas de retorno sejam

maiores do que deveriam, e privilegiam aqueles que necessitam altos volumes de crédito e estão dispostos a pagar essas taxas mais elevadas. (Barone et al., 2002)

Além desses custos de transação, ainda existem outras formas de redução do risco, são as garantias reais e avalistas/fiador, que seria formas de garantir a quitação dos recursos emprestados. (Barone et al., 2002). Por esse motivo os bancos comerciais tradicionais (concessores de crédito), terminam por não incentivar o tomador menor ao acesso ao crédito.

Com isso os pequenos empreendedores formais ou mesmo informais, tendem a serem excluídos desse sistema, por não atender nenhuma dessas exigências. A alternativa encontrada pelo mercado para atender esses tomadores de pequeno porte foi a criação de uma linha de fomento, com exigências e metodologias específicas, fomentada por instituições públicas de forma direta (Primeira linha) ora disponibilizando linhas de crédito para intermediação (Segunda linha), surgindo assim as Microfinanças e o Microcrédito.

O papel das microfinanças passa a ser uma alternativa viável para esses pequenos empreendedores, por isso metodologias foram desenvolvidas visando administrar o risco dessas operações reduzindo parte dessas barreiras criadas e exigidas pela ausência das garantias cobradas pelos bancos tradicionais e pela assimetria de informações geradas por esses agentes.

2.2. Microfinanças e Microcrédito

A necessidade de fomentar crédito para esses pequenos empreendedores é sanada pela concessão de recursos de menor monta e de prazos reduzidos, além de possuir uma metodologia própria, trata-se de uma linha chamada microfinanças.

Não se tem um consenso na literatura sobre a definição dos termos microfinanças e microcrédito, alguns autores tratam como um serviço voltado a pequenas atividades financeiras, (MONSONI NETO e FIGUEIREDO, 2008 e RIGUETTI, 2008) que entende como um conjunto de serviços financeiros (como poupança, créditos e seguros), que são prestados por instituições financeiras ou não, para pessoas de baixa renda ou a microempresas (que podem ser formais ou

informais) excluídas (ou com acesso restrito) do sistema financeiro tradicional que normalmente não tem acesso a esses serviços pelo sistema financeiro tradicional (BNDES, 2002).

Para Schreiber (2009), para não haver confusão no que se refere a os conceitos, a microfinança trata da disponibilização de recurso de pequena monta, e o microcrédito produtivo orientado seria a liberação do recurso para os pequenos empreendedores, com a participação do agente de crédito, que opera como elo entre eles e a instituição, no caso a OSCIP de Microcrédito, como participação efetiva e acompanhamento *in loco*.

Já Monsoni Neto e Figueiredo (2008) diz que microcrédito, se define como uma microfinança que, se dedica a conceder crédito de pequeno valor e que difere das demais linhas de crédito por possuir metodologia específica das operações de crédito tradicionais. E que faz uma diferenciação mais clara por três serviços de crédito: a) Microcrédito: para a população de baixa renda, b) Microcrédito Produtivo: crédito de pequeno valor, para atividades produtivas e c) Microcrédito Produtivo Orientado: para atividades produtivas baseado no relacionamento personalizado entre a instituição de microcrédito e o empreendedor, por meio de agentes de crédito.

Esse termo foi criado pela ABCRED (Associação Brasileira de Gestores e Operadores de Micro Crédito) (Crédito Popular Solidário e entidades similares) e foi adotado pelo Governo Federal na lei que criou o PNMPO (Programa Nacional de Micro Crédito Produtivo Orientado) instituído pela Lei no 11.110, de 25 de abril de 2005, fazendo parte do Ministério do Trabalho e Emprego como forma de redução a pobreza.

Em relação ao combate à pobreza, Estudos mostram que o este recurso auxilia aos tomadores, minimizar sua situação na linha de pobreza de forma sustentável, isso ocorre pois, além de sua função, o microcrédito ainda contribui para reduzir variações da renda em relação ao consumo, viabiliza o as oportunidades de investimento, reduz o risco nas decisões e ainda possibilita o acúmulo de capital, tornando assim o empreendimento viável. (SCHREIBER, 2009)

O início do microcrédito foi em Bangladesh na Índia em 1976, considerado um dos países mais pobres e desiguais do mundo, onde o professor Muhammad

Yunus observou que pessoas pobres não tinham acesso ao crédito via bancos tradicionais para financiar suas atividades produtivas, por isso recorriam a agiotas, cujas taxas de retornos eram muito altas e inviabilizavam seus projetos. Com a intenção de provar que eles seriam merecedores de oportunidades, juntou-se com alguns alunos e emprestaram US\$ 27.00 (Vinte e sete Dólares) para um grupo de 42 pessoas, na sua maioria mulheres. Após essa experiência e com ajuda de doações de bancos privados, criou o Banco Grameen.(BARONE et al., 2002).

Esses empréstimos não eram concedidos de forma tradicional, ou seja, com exigências convencionais, com excesso de burocracias, pois já se sabia que essas eram formas excludentes desses pequenos empreendedores. O método utilizado era, fundamentalmente, Aval solidário e Análise e acompanhamento. Aval solidário trata-se de um método de ajuda mútua entre os micro empreendedores, ou seja, formava-se um grupo (cinco em média), em que se ajudavam mutuamente a quitar as parcelas e Análise e acompanhamento, que se refere ao um agente de crédito que analisava o objetivo do crédito (Microcrédito) avalia-se a capacidade de pagamento e se acompanhava o desenvolvimento/evolução desde micro empreendimento. (BARONE et al., 2002 e MONZONI NETO, 2006)

O primeiro ensaio das microfinanças no Brasil ocorreu em 1973 com a criação da União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (Programa UNO) e localizado na Grande Recife e Bahia (MONZONI NETO, 2006).

O período compreendido entre 1972 a 1988 corresponde à primeira fase do desenvolvimento do microcrédito e das microfinanças no Brasil (BITTENCOURT, 2011, p.2). Esta fase seria caracterizada pela entrada de redes alternativas organizadas por ONG's e pela presença de fundos rotativos com foco no meio rural, cujo objetivo é o financiamento e não o retorno do crédito.

Em 1972, foi realizada uma experiência através do programa UNO (UNIÃO NORDESTINA DE ASSISTÊNCIA A PEQUENAS ORGANIZAÇÕES), localizada em Recife e Bahia, a UNO era uma organização não governamental especializada em microcrédito e capacitação para trabalhadores de baixa renda do setor informal, e suas operações se utilizavam de um tipo de análise informal, ou seja, uma pesquisa local sobre o tomador, que chamavam de "aval moral" A intenção da UNO era capacitar os tomadores em gestão, ajudando a estes obterem

auto-suficiência em seus negócios. Mesmo com êxito nessa área, em 1989 desapareceu por não conseguir manter a auto-suficiência do negócio. (RIGUETTI, 2008)

Além desses projetos, outros foram criados e permanecem até hoje, é o caso do CredAmigo do Banco Do Nordeste, que trabalha fundamentalmente com a metodologia solidária (Grupos), além de dar capacitação e acompanhamento do negócio.

O microcrédito é considerado fundamental para a atividade micro empreendedora (ZAMBALDI, et, al., 2005), em virtude de sua contribuição econômica para o desenvolvimento de pequenas unidades produtivas. O Microcrédito visa suprir a demanda por financiamento de pequenas unidades produtivas no Brasil (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2010), e é apontado como uma forma de fomento ao desempenho econômico representado por pequenos empreendimentos.

Diniz (2010), relata que o destino de pequenos empréstimos concedidos a esse público, com o intuito de financiamento de uma atividade produtiva, tem como foco principal a sobrevivência que não possuam uma fonte de renda e que tenham uma família que depende deste,

Ainda conforme Diniz (2010), o microcrédito pode ser entendido como a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. Trata-se de uma forma democrática de acesso ao crédito, favorecendo a geração de trabalho e renda para as famílias de baixa renda. Segundo o autor, o impacto social do microcrédito resulta em melhores condições de saúde, habitação e alimentação.

Podemos diferenciar o microcrédito, conforme Flores, et al., 2015 no quadro 1:

Quadro 1 - Definições sobre microcrédito

<i>Microcrédito</i>	<i>Microcrédito produtivo</i>	<i>Microcrédito produtivo orientado</i>
Todos os serviços financeiros (crédito, poupança, seguros, penhor) voltados para a população de baixa renda	Serviços de crédito voltados às micro e pequenas atividades produtivas	Serviços de crédito voltados às micro e pequenas atividades produtivas, com uso de metodologia baseada na ação de agentes de crédito

inclusive crédito ao consumo.		
----------------------------------	--	--

Fonte: FLORES et al. (2015)

Como o microcrédito apresenta uma relevante estratégia de negócio e visa a ampliação das oportunidades de trabalho e geração de renda, este benefício então, trará uma inclusão socioeconômica para os tomadores dessa linha e relevante melhoria da qualidade de vida para todos esses em todo Brasil. (DIÓGENES, et, al., 2005).

Diniz (2010) diz que, como esta linha possui destinação específica, a sua metodologia de concessão necessita uma metodologia específica de avaliação e redução riscos, pois esses tomadores não possuem nenhum tipo de garantia real para oferecer pelos empréstimos.

Dessa forma, o uso do Microcrédito passa a ser uma alternativa para o desenvolvimento da localidade, com a geração de renda para os pequenos empreendedores, sendo assim, o MCPO (Microcrédito Produtivo Orientado) segue como a mais relevante alternativa de desenvolvimento local, por sua metodologia de concessão, liberação e destinação, e segue como ferramenta necessária para essa contribuição.

Como o microcrédito tem como fundamento principal o fomento de pequenos negócios, observa-se que existe, nesse contexto, a informalidade do negócio, pois é percebido em grande parte desses pequenos negócios trata-se de empreendimentos criados por necessidade e não por oportunidade, o valor médio do ticket é reduzido, pois essas operações de microcrédito são fundamentalmente para os pequenos empreendimentos, a ausência de garantias reais nas operações, pois não se dispõe delas, além da formação sócio cultural dos pequenos empreendedores que precisam de acompanhamento especial/específico nos procedimentos produtivos e no processo de concessão deste microcrédito.

Por isso o papel do agente de crédito nesse processo é indispensável para que haja a viabilidade do negócio, e essa confiança torna essa parceria de sucesso, pois esses micro empreendedores, na maioria das vezes, temem se endividar por desconhecer os processos produtivos do negócio.

2.3. Microcrédito Produtivo Orientado

O microcrédito produtivo orientado possui características específicas que diferem do ofertado pelo sistema bancário tradicional, que além de ser disponibilizado utilizando metodologias próprias e ter a presença do agente de crédito, suas características são observadas conforme Quadro 2. (ARAÚJO, 2012 e BARONE, 2010).

Quadro 2: Características do Microcrédito Produtivo Orientado.

a) Crédito produtivo	O microcrédito está direcionado para determinado segmento da economia, qual seja, o pequeno e micro empreendimento formal e informal. Visa apoiar atividades produtivas de negócios de pequeno porte, mantidos por pessoas de baixa renda, não se destinando, portanto, ao financiamento do consumo.
b) Crédito orientado	Um dos aspectos principais que caracterizam o microcrédito como um tipo diferenciado de crédito refere-se ao acompanhamento dos créditos concedidos. Esse acompanhamento é realizado pelo agente de crédito (funcionário da instituição), que é o profissional que desempenha o papel de acompanhar o tomador antes, durante e depois de contraído o empréstimo, sendo responsável por todas as etapas, desde o primeiro contato até a liquidação da transação e, se for o caso, a renovação do crédito.
c) Sistema de garantias	A escassez de garantias reais a serem fornecidas pelos micro empreendedores para respaldar os empréstimos requer que o microcrédito adote sistemas alternativos de garantias. Destaca-se, nesse caso, o uso do aval ou fiança solidária. O aval solidário consiste na formação de grupos de tomadores que se responsabilizam solidariamente pelo compromisso com a instituição. Envolve a reunião, em geral, de três a cinco pessoas com pequenos negócios e necessidades de crédito, que confiam umas nas outras para formar um grupo solidário, com o objetivo de assumir coletivamente as responsabilidades pelos créditos concedidos a cada um dos componentes do grupo.

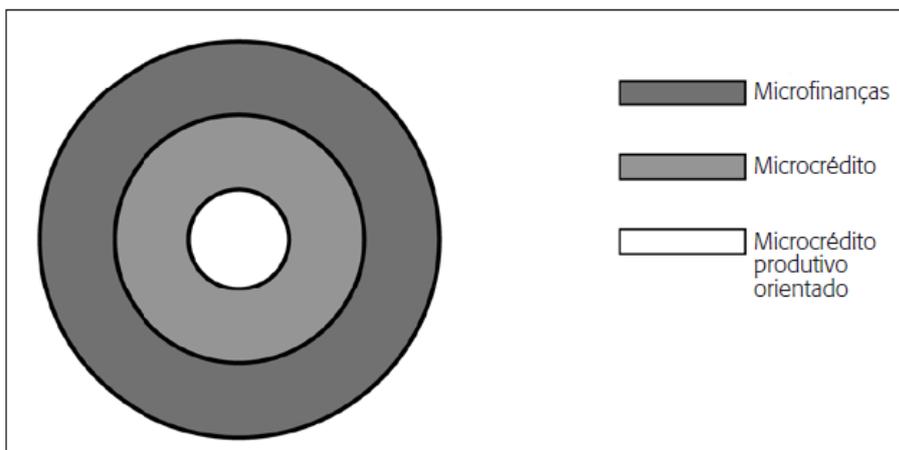
d) Baixos custos de transação para o tomador	Os custos de transação de um empréstimo são muito relevantes para um pequeno empreendedor de baixa renda, sendo que fatores como tempo (deixar o local de trabalho) e recursos (garantias) são fundamentais na decisão de fazer um empréstimo. Tendo isso em vista, as características das instituições de microcrédito buscam reduzir esses custos de transação, estabelecendo estratégias como: proximidade da instituição em relação ao cliente; empréstimos simplificados, com o mínimo de procedimentos burocráticos, como documentos, assinaturas, etc; agilidade na entrega do crédito, sendo que o prazo deve ser o mais curto possível.
e) Valores e Prazos	Possibilidade de renovação ou contratação de novos empréstimos em valores progressivamente crescentes, sendo tal possibilidade condicionada à adimplência e pontualidade do tomador no pagamento do empréstimo anterior; prazos de pagamentos curtos, geralmente quinzenais e mensais.

Fonte: ARAÚJO, 2012. Adaptado Autor, 2016

O Microcrédito Produtivo Orientado (MCPO), Também conhecido como crédito produtivo popular, tem seu foco o financiamento a micro empreendedores de baixa renda, na maioria das vezes, não formalizados, e que são excluídos dos sistema bancário tradicional por não oferecer as garantias exigidas pelo sistema, pois esse crédito é de grande importância para criar e até mesmo alavancar seu negócio, (LEITE E MONTORO, 2015)

Barone (2010) demonstra que o entendimento do Microcrédito Produtivo Orientado, faz parte de uma estrutura de concessão, a partir da modalidade do crédito para pequenos empreendimentos (Microfinanças) , conforme Figura 1.

Figura 1: Estrutura de Microfinanças no Brasil



Fonte: BARONE, 2010

O Microcrédito Produtivo foi idealizado pelo economista Muhammad Yunus, prêmio Nobel da Paz em 2006, que foi um visionário ao apostar na concessão de microcrédito e no empreendedorismo para reduzir a miséria em Bangladesh, onde ele nasceu e vive até hoje. Fundador do Grameen Bank, em 1976, e autor do livro *O Banqueiro dos Pobres*, e teve como objetivo, oferecer crédito a micro empreendedores, especialmente mulheres do meio rural. Os números posteriores do Grameen são expressivos: até 1997, já tinham concedido US\$ 2,4 bilhões em empréstimos. Nessa mesma ocasião, existiam 1.105 agências, que atendiam a 2,27 milhões de clientes, em 38 mil aldeias (LEITE E MONTORO, 2015)

Yunus (2006), tinha em mente que o apoio das instituições poderiam auxiliar na busca da erradicação da pobreza, pois para ele a pobreza parecia ser a maior ameaça a paz mundial, pois conduz a desesperança, possibilitando a pessoas cometerem atos impensados, por não perceber perspectivas, e isso, seguindo Yunus (2010), seria pior que quais quer violências

A partir disso, é possível perceber que a concessão de microcrédito a esses micro empreendedores, tende a trazer consequências importantes na autoestima e cidadania, pois esses são responsáveis por grande parte da geração de renda em algumas localidades.

Para Capobiango e Gomes (2012), o Microcrédito Produtivo Orientado - MCPO é um tipo de financiamento utilizado como alternativa para os empreendedores, principalmente, os informais, e que na maioria das vezes, não

possuem acesso formal ao sistema crédito tradicional, principalmente, por não terem como oferecer garantias reais.

Tem como fundamento principal, a concessão de crédito visando o atendimento de necessidades financeiras, de pessoas físicas e jurídicas para atividades empreendedoras produtivas de pequeno porte (DINIZ, 2010).

Ainda conforme os autores, trata-se de uma linha de crédito utilizado para atividades produtivas baseado em especificidades de cada empreendedor. O atendimento ocorre de forma personalizada entre a instituição de microcrédito e o empreendedor.

Esta relação ocorre de forma de assessoria, prestados pelos agentes de crédito, e que participam de todo o processo de liberação e recebimento do crédito, ou seja, inicia com o agente de crédito na captação e elaboração do projeto, o uso da garantia solidária com a participação de grupos de ajuda mútua e com o empréstimos com prazos curtos e valores crescentes (RIGHETTI, 2008).

O ministério do Trabalho e Emprego define O microcrédito produtivo orientado como sendo um recurso concedido aos pequenos empreendedores com a finalidade de atender as necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas com projetos empreendedores de atividades produtivas. Para isso utiliza de uma metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica. (MTbE, 2010).

O Microcrédito Produtivo Orientado foi criado no Brasil a partir da lei Federal Lei 11.110/2005, o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO), e tem como objetivos principais, entre outros, i) incentivar a geração de trabalho e renda entre os micro empreendedores populares; ii) disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado; e iii) oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares.

Ainda conforme a lei, podemos destacar algumas características:

a) crédito predominantemente de baixo valor; b) oferecido por instituições financeiras ou não; c) em apoio aos micro empreendedores formais ou informais; d)

para fomento da atividade produtiva como capital de giro e investimento; e) de maneira orientada pelo Agente de Crédito e/ou assistida por programas de capacitação; e f) frequentemente sem garantia real, ou seja, com aval ou aval solidário. (MONZONI NETO, 2006)

Esse programa tem como objetivo principal o de incentivo a geração de trabalho e renda junto aos micro empreendedores individuais e sem acesso ao crédito tradicional, que trabalham na informalidade, criando condições para que estes tenham possibilidade de fomentar seus empreendimentos.

Conforme Monzoni Neto (2006), o Microcrédito Produtivo Orientado no Brasil, se diferencia do microcrédito tradicional, conforme Quadro 3:

Quadro 3: Microcrédito

1) Microcrédito:	Destinado à população de baixa renda;
2) Microcrédito Produtivo	Para atividades produtivas;
3) Microcrédito Produtivo e Orientado	Para atividades produtivas, baseado no relacionamento personalizado entre a instituição de microcrédito e o empreendedor, através do agente de crédito

Fonte: MONZONI NETO, 2006 e SILVA, 2008. Adaptado: Autor, 2016

O uso dessa ferramenta de crédito pressupõe um ganho e retornos reais, uma vez que esses Pequenos Empreendedores tendem a efetuar seus consumos na região.

Uma vez concedido crédito a esses pequenos empreendedores, haverá uma ruptura de um ciclo vicioso da pobreza (YUNUS, 2010), pois com menos investimentos na região, a tendência será um crescimento da informalidade, queda na produtividade, e com isso perda do potencial de crescimento econômico. Para Costa (2010), essa deveria ser uma estratégia prioritária de políticas públicas, por seu alto nível de repercussão socioeconômico.

O impacto social do microcrédito tem um papel positivo por seu alto grau de melhorias geradas nas condições das famílias beneficiadas, pois contribui para o resgate da cidadania e autoestima dos envolvidos, além da inclusão social ao qual é responsável. (BARONE, et al., 2002).

Podemos observar isso na tabela 1, onde se apresentam os dados do PNMPO, desde sua criação, em abril de 2005, onde já foram realizadas mais de 27,5 milhões de operações de microcrédito que cuja uma concessão total já passa de mais de 47,5 bilhões de reais em termos nominais (o resultado ainda não consolidado, de 2015), onde se observa que a tendência de crescimento é clara para essas operações. Podemos constatar assim, o grau de importância que essa linha de crédito tem para os micro empreendedores brasileiros, e seu crescimento ao longo dos anos, ou seja, desde que foi criado.

Tabela 1: Volume de Crédito Concedido para Microcrédito Produtivo Orientado.

ANO	Op. de Microcrédito (Em Unidades)	Índice de Crescimento das Op. de Microcrédito (%)	Valor Nominal concedidos (R\$)	Crescimento dos Valores Nominais concedidos (%)	Valores nominais Médios de Empréstimos concedidos
2005	632.106	100	602.340.000,00	100	952,91
2006	828.847	131	831.815.600,80	138	1.003,58
2007	963.459	116	1.100.375.829,94	132	1.142,11
2008	1.280.680	132	1.825.147.592,77	164	1.425,14
2009	1.620.656	126	2.323.599.790,69	126	1.433,74
2010	1.966.718	126	2.998.623.914,48	126	1.524,68
2011	2.576.559	124	4.098.289.416,62	130	1.590,61
2012	3.814.781	154	6.504.785.890,40	166	1.705,15
2013	5.713.091	135	10.162.675.000,69	150	1.778,84
2014	5.667.287	109	11.646.316.132,59	124	2.055,01
2015**	3.885.941		8.330.940.986,69		2.143,87
TOTAL	28.950.125,00		50.424.910.155,67		1.523,24

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego, 2014 Valores Nominais

* Dados Referentes Valores Reais. Base Ano Base 2005 = 100,00; Deflator Implícito INPC/IBGE

** Valores até do 3º Trimestre (Jan/Set) de 2015.

Adaptado pelo Autor, 2016

O crescimento nominal do Microcrédito Produtivo Orientado demonstra, na realidade, que o indivíduo que não possui de emprego, busca alternativas viáveis e mesmo na informalidade cria empreendimentos de pequeno porte, visando sua sustentação econômica.

Como se pode observar, o crescimento do valor médio nominal de microcréditos concedidos ao longo do tempo (2005 a 2015) vem crescendo, demonstrando que a busca dessa modalidade é bastante aceita e utilizada e que tende a aumentar.

Ainda é possível observar o valor nominal médio liberado também vem crescendo, e uma vez que um novo crédito só é liberado após a quitação do anterior, bem como o aumento deste valor estaria atrelada também a quitação, podemos observar que este valor médio demonstrando que seu uso vem sendo repetido por parte destes micro empreendedores.

Embora o Brasil tenha uma grande demanda pelo microcrédito produtivo orientado, apenas 2% dessa demanda é disponibilizada pelas instituições financeiras tradicionais, um vez que os pequenos empreendedores não possuem garantias normalmente consideradas aceitáveis pelo mercado. (ZAMBALDI, 2005).

Como o microcrédito é disponibilizado para pequenos empreendedores, com metodologia específica, visando a redução das perdas/inadimplência, e fomentar o desenvolvimento desses pequenos empreendedores, reduzindo assim os custo da transação, ainda assim, existe um custo de operação elevado. Custo de transação é reduzido por vários fatores, tais como, a proximidade entre os agentes, baixa burocracia, liberação rápida do recurso, mas traz consigo um alto custo de operação por parte da fomentadora, que precisam ser eficientes cobrando baixos juros na operação.

A presença de organizações não governamentais, o chamado “terceiro Setor”, é imprescindível nesse processo, pois essas entidades tendem a fomentar o desenvolvimento social e contribuir para o combate a pobreza.

2.4. Terceiro Setor

Entendem-se como terceiro setor, aqueles agentes que se responsabilizam pelas lacunas deixadas pelos demais setores da economia, primeiro setor e segundo setor. O primeiro setor se refere aos órgãos públicos, responsáveis em arrecadar e administrar os recursos e que são distribuídos para população em forma de bens públicos (VARIAN, 2007, CARPES et al. 2015), o

segundo setor, que é responsável pela parte produtiva da economia, órgão privado gerador de lucro (CARPES et al. 2015).

O Terceiro Setor indica as entidades que ficam entre os setores empresarial (primeiro setor) e estatal (segundo setor). São privados, não vinculados à organização da Administração Pública, que não tem como objetivo lucro, ou seja, prestam serviços em áreas relevantes de interesse social e público. (BITTENCOURT et al, 2011 e FRANÇA, et al, 2015)

Também conhecidas como ONG (Organização não Governamental), teve por parte da ONU, uma participação relevante a nível mundial, como sendo uma entidade que cuida de interesses públicos e sem fins lucrativos. (SCARPIN, et al. 2011). Estas instituições desempenham atividades sociais em diversas áreas, inclusive no segmento de fomento ao crédito.

ONG, conforme Bittencourt (et al., 2011.), “tratam-se de entidades de natureza privada e sem fins lucrativos, que juridicamente são associações ou fundações, são pessoas jurídicas de direito privado que desenvolvem atividades principalmente de caráter público.

A partir da lei 9790/99 “A Nova lei do Terceiro Setor”, foi regulamentada a participação social do acesso ao crédito por parte dos pequenos empreendedores, e esse papel coube as OSCIP’s (Organização de da Sociedade Civil de Interesse Publico), que cria e disciplina suas funções e atribuições.

Esta lei regulamenta as ações, objetivos e obrigações das OSCIP’s em se tratando de sua participação no fomento ao crédito. Em seu artigo 2º ainda exclui a participação de entidades que não possuam esse perfil social,

Além de excluírem algumas entidades que fugiriam das premissas propostas, a lei ainda tem como fundamento básico, atuações específicas, dentre elas, pode-se observar no artigo 3º: incisos X e XI, que suas premissa são em atuar no combate a pobreza buscando alternativas sócio produtivas nos ramos de comercio emprego e renda.

Ainda, conforme parágrafo único do mesmo artigo, uma OSCIP apenas pode promover ações de combate a pobreza, e nesse caso, uma dessas atribuições

é o de fomento ao crédito e incentivo a produção, comércio e serviços para os micro empreendedores, confirmando assim seu perfil social e de inclusão.

Exige-se das OSCIP's, um caráter de transparência em suas ações, conforme proposto no artigo 4º, inciso VII e alíneas que para se qualificarem como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, essas devem ser regidas por estatutos, e suas normas se disponham em prestar contas e dever ser observadas pela entidade, que determinarão no mínimo, e os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade. Esse controle se dará com a publicidade dessas contas no encerramento do exercício fiscal, através de um relatório de atividades e de umas demonstrações financeiras, onde se incluem as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, com as informações colocadas de forma pública.

Deve ainda realizar auditoria, externas independentes, prestação de contas de todos os recursos e patrimônio de origem pública que foram recebidos pelas OSCIP's conforme o parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Com essas ações de transparência, as OSCIP's esclarecem e confirmam seu caráter social e confirmam o perfil estabelecido de "sem fins lucrativos", além de corroborar para o combate a pobreza, fundamento básico das entidades.

2.5. OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

O termo OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) - refere-se à qualificação de uma entidade, regulada pela Lei nº 9.790/99 e que pode ser solicitada por uma organização do terceiro setor.

Esta qualificação trata-se de um título de Entidade de Utilidade Pública regulada no âmbito federal através da Lei nº 91/35; Lei nº 6.639/79; Decreto nº 50.517/61; e Decreto nº 60.931/67) e o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, (chamada de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Lei nº 8.742/1993; Decreto nº 2.536/98; Decreto nº 3.504/00; e Resolução nº 177/00 do Conselho Nacional de Assistência Social).

Uma vez organizada em um destes formatos, a entidade pode buscar a obtenção de títulos ou certificados que atestem sua qualidade de OSCIP, de

Utilidade Pública ou de Entidade Beneficente de Assistência Social, titulações que viabilizam às entidades alguns benefícios legais, de que trataremos a seguir.

Ao se optar por ser uma OSCIP, uma entidade não poderá mais solicitar o Título de Utilidade Pública ou outro título existente, pois uma entidade deve optar apenas pelo título que demonstre suas intenções sociais. Para que uma entidade receber o título de OSCIP, deve seguir os seguintes procedimentos além de preencher os seguintes pré-requisitos, Quadro 4.

Quadro 4: Pré Requisitos para uma OSCIP

Titulação da OSCIP	Essa Titulação é concedida no âmbito federal, pelo Ministério da Justiça;
A obtenção da qualificação	A obtenção da qualificação é mais rápida e menos burocrática que nos demais casos;
Outras Qualificações	Algumas espécies de organizações que não estavam enquadradas nas legislações anteriores foram abrangidas pela nova lei, como as entidades que defendem direitos, as que promovem a proteção ambiental e as que trabalham com microcrédito;
Termo de Parceria com o poder público,	Possibilidade de firmar Termo de Parceria com o poder público, o que viabiliza uma aplicação menos rígida dos recursos estatais em termos burocráticos e, ao mesmo tempo, traz garantias (mecanismos de controle) adicionais de que o valor será efetivamente destinado a fins sociais;
Penalidade	A penalidade pelo mal-uso da verba é mais severa, mas o controle foca muito mais nos resultados;
Possibilidade de imediata reapresentação do pedido	Possibilidade de imediata reapresentação do pedido, caso a solicitação de certificado seja negada, assim que as alterações solicitadas forem incorporadas;
Remuneração dos Dirigentes	Seus dirigentes podem ser remunerados;
As informações sobre as OSCIP'	As informações sobre as OSCIP's são públicas, existindo vários dispositivos que visam garantir a transparência da entidade, como as Comissões de Avaliação, o Conselho Fiscal e a adoção de práticas de gerenciamento que dificultam a busca de interesses pessoais;

OSCIP's que não podem solicitar esta titulação	A Lei das OSCIP's indica algumas entidades que não podem solicitar esta titulação, como as escolas, hospitais e associações de classe, entre outros.
--	--

Fonte: BITTENCOURT et al., 2011. Adaptado: Autor, 2016

Essas exigências ainda são maiores quando dos documentos básicos e obrigatórios para o funcionamento de uma OSCIP, Quadro 5:

Quadro 5: Documentação Exigida para Obtenção do Título de OSCIP:	
ITEM	DOCUMENTOS
1	Requerimento da qualificação como OSCIP dirigido ao Senhor Ministro de Estado da Justiça, conforme o modelo de requerimento fornecido no site do Ministério da Justiça;
2	Estatuto ¹¹ Registrado em Cartório (cópia autenticada), conforme o art. 5º, inc. I da Lei nº 9.790/99;
3	Ata de Eleição e Posse da Atual Diretoria Registrada em Cartório (cópia autenticada), conforme o art. 5º, inc. II da Lei nº 9.790/99;
4	Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), assinados por contador devidamente registrado no respectivo Conselho Regional de Contabilidade, conforme o art. 5º, inc. III da Lei nº 9.790/99. Para entidades recém criadas que ainda não completaram seu primeiro exercício fiscal, admite-se a substituição da DRE por um Balanço Atualizado, com as receitas e despesas do período;
5	Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), conforme o art. 5º, inc. IV da Lei nº 9.790/99. Maiores informações sobre a DIPJ podem ser obtidas na página eletrônica da Secretaria da Receita Federal < www.receita.fazenda.gov.br >.
6	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ – copia autenticada), conforme o art. 5º, inc. V da Lei nº 9.790/99;
7	Recomenda-se que os dirigentes da entidade prestem declaração individual de que não exercem cargo, emprego ou função pública, conforme o disposto no parágrafo único do art. 4º da Lei nº 9.790/99.

Fonte: Manual do Terceiro Setor (Pro Bono, 2016)

Após o entendimento das OSCIP's e suas funções e objetivos, pode-se perceber o grau de relevância que estas entidades têm em relação ao seu papel social e desenvolvimentista na vida desses micro empreendedores, bem como na localidade em que está o empreendimento. Através destas entidades, o fomento de projetos produtivos de pequeno porte mudará significativamente desses pequenos empreendedores.

Além de seu papel social uma OSCIP deverá ter uma gestão eficiente, pois um dos pré-requisitos desta entidade poder remunerar seus dirigentes e manter

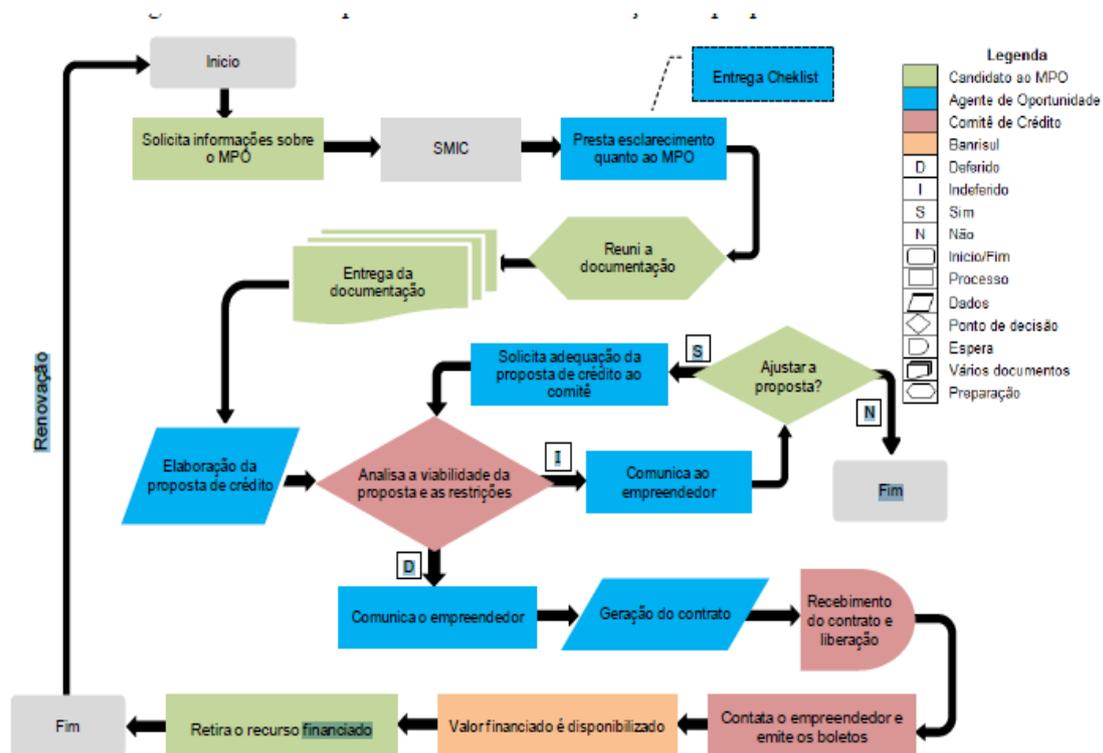
o nível de transparência na alocação dos recursos, por isso esta entidade deverá buscar estratégias de gestão com o objetivo de se auto sustentar para isso um modelo de negócio eficiente se faz necessário.

Uma OSCIP de microcrédito possui uma metodologia própria na sua concepção, necessita de um modelo de negócio ao qual consiga contemplar seu papel social de fomento aos projetos dos micro empreendedores sem esquecer de que esse é um negócio, que necessita se auto sustentar.

Essa metodologia específica, passa pela captação do cliente in loco, ou seja, o agente de crédito vai até o negócio, avaliação do negócio através do perfil do crédito, onde este agente analisará se os perfil do tomador se enquadra no objetivo estabelecido, liberação e acompanhamento do crédito, visando assim, a redução das perdas, para com isso abranger o maior numero de micro empreendedores possíveis.

Na Figura 2, pode-se observar o processo completo de uma OSCIP de microcrédito, nesse contexto percebe-se a necessidade de se ter uma gestão eficiente para que possa se auto sustentar, principalmente para poder continuar fomentando mais crédito.

Figura 2 - Fluxograma referente ao processo de solicitação do Microcrédito Produtivo Orientado.



Fonte: Elaborado por FLORES et al., 2015.

Conclui-se então neste capítulo, que apresentou os conceitos basilares de crédito, microfinanças e microcrédito, que permitirá dar suporte de forma mais aprofundado nesta dissertação. Ainda neste capítulo se embasou os conceitos do terceiro setor e de forma mais específica, os conceitos de OSCIP, características e condições para sua existência

No capítulo 3 a seguir, serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados nessa pesquisa que demonstrarão o modelo conceitual, que é o foco desta dissertação.

3. METODOLOGIA

Nesse capítulo, teve como proposta apresentar uma pesquisa científica que pretende contribuir para a construção de um Modelo Conceitual de uma OSCIP de Microcrédito, com base na perspectiva teórica. Para isso, uma pesquisa deve se classificar quanto:

- i. A forma de abordagem do problema
- ii. A forma de demonstrar seus objetivos
- iii. As técnicas adotadas para a construção.

Quanto à forma de abordagem do problema, buscou-se utilizar uma abordagem qualitativa com aporte quantitativo, pois na pesquisa mista, o pesquisador pode por meio de um estudo de caso explorar processos, atividades ou eventos (CRESWELL, 2007; RICHARDSON, 2007).

Em relação aos objetivos desta pesquisa, é do tipo exploratória, pois busca-se com isso, demonstrar uma relação clara com o tema proposto nesse estudo, que servirá também como suporte para identificar e enfatizar, o problema de pesquisa, baseado no o quê e como da pesquisa, pra isso, foram utilizados conceitos bibliográficos e o uso do banco de dados da OSCIP Acreditar. (CRESWELL, 2007; RICHARDSON, 2007; GIL, 2008).

Quanto aos procedimentos técnicos desta pesquisa, foram utilizados tres etapas: 1) pesquisa bibliográfica com análise de literatura, de artigos relacionados ao tema, bem como obras de autores relevantes, 2) uso do banco de dados disponibilizados pela OSCIP Acreditar e, 3) Ainda foram utilizados dados de pesquisa realizada com 151 microempreendedores do município (Questionário do Apêndice 1).

3.1. Procedimentos e Técnicas Adotadas

Na revisão da literatura teve como objetivo identificar as obras relevantes que trouxessem contribuições científicas sobre o Modelo Conceitual., para assim, possibilitar sua construção e comparação com um modelo existente.

3.1.1. Banco de Dados

A utilização do banco de dados da OSCIP Acreditar serviu para apresentar informações quanto à presença relevante da OSCIP no município e seu impacto no fomento do recurso para os tomadores de crédito, além disso, foram utilizadas informações do último censo demográfico do município, através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para demonstrar e caracterizar o município de Glória do Goitá-PE.

3.1.2. Modelo Conceitual

Este trabalho apresenta um Modelo Conceitual de uma OSCIP de Microcrédito, ao qual demonstra os objetivos, características e relações entre os pequenos empreendedores e a entidade. Ao final apresenta o resultado obtido a partir da comparação com uma OSCIP de Microcrédito real onde a partir dessa demonstração, pretende-se validar o modelo proposto.

Para a construção do Modelo Conceitual, utilizou-se uma base conceitual através de obras relevantes, com Artigos Científicos e Teses de Doutorado, fundamentalmente de MONZONI NETO, RIGHETTI, FLORES E ARAUJO, pois estes trataram com propriedade do tema e que contribuíram para essa construção.

Inicialmente, foram estabelecidos os atores envolvidos no processo concessão de microcrédito, e seus respectivos relacionamentos:

- 1) Beneficiado
- 2) Concedente
- 3) Sociedade

O beneficiado será o tomador do microcrédito, necessita do recurso para fomentar seu projeto produtivo, pois este não possui possibilidade de busca no sistema tradicional de crédito (Bancos Comerciais);

O concedente neste caso, será a OSCIP de Microcrédito, ao qual tem o papel de fomentar o recurso com baixo custo e se manter eficiente para poder continuar disponibilizando o recurso.

Após relacionar os dois atores (Beneficiado e Concedente), verificar o resultados para a sociedade, e seus impactos positivos na erradicação da pobreza através do Microcrédito Produtivo Orientado.

3.2. O Negócio

As empresas hoje possuem desafios cada vez maiores para se organizar em suas estruturas e modelo de gestão, buscando permanecer vivo nesse mercado e oferecer produtos e serviços de forma eficiente e eficaz, de modos a manter e conquistar novos clientes. Por isso, essas empresas necessitam de um sistema de informações visando melhorar seu desempenho e conseguir tomar decisões eficientes e acertadas (CARPES, UTZIG e CUNHA, 2014)

A necessidade de se construir um modelo de negócio pressupõe inicialmente conhecer o negócio propriamente dito, como seus objetivos, público-alvo, o produto, criar estratégias de gestão eficiente para que este prospere e continue a realizar seus objetivos iniciais.

O foco deste trabalho é desenvolver um Modelo de Conceitual de OSCIP de Microcrédito que possa se auto sustentar mantendo seu objetivo inicial, que é o de fomentar o desenvolvimento econômico dos pequenos empreendedores, visando assim, a mitigação da pobreza e a geração de renda.

Para a elaboração e desenvolvimento de um Modelo Conceitual, deve-se considerar um ambiente de incertezas onde existe uma assimetria de informações ao qual se gera risco moral com seleção adversa, e que se objetive o cumprimento de obrigações mútuas entre os agentes, seja nas transações de mercado (preço/contrato), nas transações hierárquicas (autoridade), ou nas transações relacionais (bilaterais ou multilaterais). (ASHLEY e MACEDO-SOARES, 2001).

Esse modelo busca auxiliar a análise em relação ao negócio em si, em relação a o que é o negócio, quem faz o negócio, para quem é feito o negócio, quando e onde é feito o negócio, bem como quem afeta e é afetado pelo negócio. No que se refere sobre o que é o negócio, essa relação deverá ser com o investimento ou subsídio, e as relações que definem o propósito social da

organização e suas respectivas relações operacionais com fornecedores, demandantes.

Para a análise de para quem é feito o negócio, deve-se verificar o objeto e a atividade meio do negócio, ou seja, que são as instituições que fazem parte do negócio, quem são seus clientes.

Analisando o onde e quando é feito o negócio, verifica-se o quanto e a quem afeta ou é afetado pelo negócio, vislumbra-se a relativização de uma organização ao momento histórico em que se insere, além das especificidades do local ao qual o negócio está (ASHLEY e MACEDO SOARES, 2001).

3.3. OSCIP de Microcrédito

Ao se elaborar o modelo conceitual de uma OSCIP de Microcrédito, deve-se identificar o foco principal deste negócio que se refere a uma empresa de microfinanças, especificamente Microcrédito Produtivo Orientado, com foco no fomento de projetos produtivos de pequenos empreendedores, excluídos do sistema de crédito tradicional (Bancos comerciais), por não possuírem garantias reais, são negócio, na maioria das vezes informais e que são responsáveis pelo sustento familiar.

Uma das principais características de uma empresa do terceiro setor, OSCIP's, é que suas operações não visem lucro, e se matem com serviços de capacitação e tarifas de concessão de crédito para remunerar seus gestores.

Uma OSCIP de microcrédito precisa se auto sustentar para que possa manter seu objetivo principal e manter a continuidade do negócio visando o fomento de recursos para pequenos empreendedores. Sendo assim, necessita um modelo de gestão eficiente, que prospecte ganhos suficientes para seu auto sustento e manutenção desta (ARAÚJO e CARMONA, 2009, ROSATTI, 2010).

Esta OSCIP capta seus recursos através de entidades chamadas de 1º piso, ou seja, instituições publicas de fomento (Bancos oficiais, BNDES, etc), para isso, deverá manter transparentes suas intenções e prestar contas a essas entidades a cada volume captado. (PEREIRA, OLIVEIRA E PONTE, 2008. MONZONI NETO, 2006)

A captação de clientes é realizada por ações de campanha no centro comercial de uma localidade, e esta captação inicial, apresenta características distintas do que se faz tradicionalmente por parte dos bancos comerciais. Esta captação se dá in loco, e por indicações de clientes que já utilizaram os serviços da OSCIP. O processo de divulgação é chamado “boca a boca”, que vem a ser a forma mais tradicional nesse processo.

Essa consulta social é uma espécie de análise do candidato ao crédito, por meio das pessoas próximas a ele, ou seja, uma verificação da idoneidade por parte dos iguais. Essa verificação se torna relevante, uma vez que através do sistema utilizado pelas OSCIP's, é o aval solidário.

Para que haja uma efetivação do crédito, a OSCIP possui a figura do “agente de Crédito”, que lida diretamente com o tomador, que vai ao local para conhecer o negócio, ouvir as necessidades deste, analisar o negócio e verificas as reais necessidades, que na maioria das vezes é sobre valorizado pelos micro empreendedores; esse papel é fundamental para que o tomador do crédito possa de fato, honrar seu compromisso financeiro, pois este agente tem a capacidade de analisar a capacidade de pagamento e o valor suficiente para o negócio.

O papel do agente de crédito também é importante na avaliação e análise do projeto, pois este tem o conhecimento técnico para essa verificação e daí poder indicar de forma favorável para o comitê de crédito.

A maioria dos micro empreendedores que necessitam de crédito para investimento ou custeio de seu negócio, tente a sobrevalorizar a capacidade produtiva de seu negócio. Esse erro comum inviabilizaria o tomador caso o valor solicitado/almejado fosse de fato disponibilizado. O agente de crédito, com seu conhecimento técnico, ao analisar variáveis de mercado, localização, produto, etc, terá a real visão de quanto este negócio necessita e qual sua capacidade de pagamento das parcelas do referido empréstimo.

Após a análise e avaliação do projeto, o agente de crédito leva a proposta para um comitê de crédito que irá verificar as variáveis contidas na proposta, o parecer do agente e assim liberar o crédito.

O papel do comitê de crédito é analisar a proposta e o parecer técnico do agente de crédito para liberar, o mais rápido possível, o crédito para este pequeno empreendedor.

Outra função do agente de crédito é capacitar este pequeno empreendedor, que as vezes não possui conhecimento do seu negócio, pois este negócio surge por necessidade. Essa capacitação refere-se a demonstrações de técnicas de controle e organização, bem como noções básicas de gerenciamento. Além disso, cabe a este agente, a assistência técnica periódica do negócio, para que este empreendedor não fuja do planejamento mínimo, ainda mantenha sua capacidade de pagamento das parcelas.

3.4. O Modelo Conceitual de uma OSCIP de Microcrédito

Uma OSCIP de Microcrédito tem como principais objetivos, fomentar o desenvolvimento de pequeno empreendedor, e que através de um projeto empreendedor, disponibilizar recursos para investimento inicial ou custeio, uma vez que estes não conseguem estes recursos de forma tradicional (bancos Tradicionais), pela ausência das garantias exigidas tradicionalmente.

Outro objetivo dessa entidade conforme Yunus (2006), é a retirada destes pequenos empreendedores da pobreza, utilizando para isso o fomento de recursos para o investimento e custeio dos projetos de negócio.

Dentro da proposta do Modelo Conceitual, observa-se que uma OSCIP de microcrédito possui características diferenciadas em relação as entidades de crédito tradicional, que as tornam peculiares e relevantes para o desenvolvimento local e dos pequenos empreendedores. Conforme o quadro 6, essas características baseiam-se nas premissas apresentadas por Yunus (2006), que é possível reduzir a pobreza dando e fomentando oportunidades, pois conforme Shumpeter, (1988), não empreendedorismo sem crédito.

As características de uma OSCIP de microcrédito podem ser observadas conforme suas relações entre os agentes, ou seja, a relação do tomador do microcrédito com a OSCIP.

O modelo conceitual de uma OSCIP de Microcrédito demonstra quais as relações entre a entidade e o beneficiado do microcrédito, o beneficiado tem a intenção de receber o recurso, o mais rápido possível, com prazo expandido e custo (juros) baixo, para que seja possível o investimento em seu empreendimento (MONZONI NETO, 2006).

A OSCIP oferece o recurso ao tomador de forma diferenciada do mercado tradicional e uma das coisas que o diferencia é a figura do agente de crédito, pois com suas visitas *in loco*, é possível identificar o negócio, perceber se este dará retorno e se há capacidade de honrar o compromisso firmado, além de verificar se o tomador pode se auto sustentar financeiramente (ARAÚJO, 2012 e SCHREIBER, 2009).

Na visão do beneficiado, são características da OSCIP de Microcrédito, A não **Exigências de Garantias Reais**, com isso o tomador que fora excluído do crédito tradicional (Bancos Comerciais), podem assim adquirir recursos para seu negócio, e com a **Liberção rápida do crédito** o pequeno empreendedor pode então suprir suas necessidades e investir no negócio. Com o **Apoio Técnico ao Negócio** e a **Visita ao Negócio in loco**, (Agente de Crédito) o pequeno empreendedor tem a chance de fazer seu negócio dar certo, além de poder honrar seus compromissos podendo com isso se dispor de outros recursos futuramente. **Sem Analise SPC/SERASA** Como esses pequenos empreendedores são, na sua maioria, informais, por diversos motivos, a não consulta aos órgãos de proteção ao crédito possibilita estes a terem possibilidade no seu negócio, claro que existe uma contrapartida que protege a OSCIP (BRAGA, 2011, MONZONI NETO, 2008. ARAUJO, 2012). **Taxas de juros compatíveis com o Mercado**, outra facilidade ou benefício ao tomador trata-se de uma taxa de juros baixa em relação ao que estaria disponível no mercado, pois a intenção das OSCIP's de Microcrédito é de fomentar o desenvolvimento e não gerar lucro, pois com o baixo custo do recurso este empreendedor terá uma taxa de retorno mais competitiva (ASSAF NETO, 2009), desta forma haverá interesse na utilização do recurso.

Conforme se observa abaixo, a primeira etapa do modelo conceitual:

Beneficiário/Tomador
Sem Exigências de Garantias
Liberação Rápida do Crédito
Apoio Técnico ao Negócio
Sem Análise SPC/SERASA
Taxas de Juros Compatíveis com o Mercado
Visita ao Negócio in loco

Em relação ao fomentador do crédito, ou seja, a OSCIP de Microcrédito. Essas entidades necessitam ter alguma proteção ou garantias de retorno do recurso disponibilizado, sendo assim, algumas formas são prudentes e necessárias.

A função de uma OSCIP de Microcrédito é de fomentar e potencializar o desenvolvimento do pequeno empreendedor, mas esta precisa ter garantias de retorno do recurso, pois precisam se auto sustentar, até mesmo para garantir a continuidade desde fomento aos mesmos e a novos projetos.

Algumas alternativas se fazem necessárias para tal proteção, tais como a formação de **Grupos Solidários** (Aval Solidário) que são grupos formados para acesso ao crédito de forma a resolver o problema de informações e do monitoramento (BRAGA, 2011, MONZONI NETO, 2008. ARAUJO, 2012). A **Avaliação e Acompanhamento do Negócio**, também se faz necessário para que o projeto de negócio obtenha sucesso e que propicie o retorno do empréstimo, uma vez que o pequeno empreendedor, na sua maioria, não tem o conhecimento suficiente do mercado por se tratar de um negócio por necessidade e minimamente por oportunidade. Além dessas formas de proteção, uma OSCIP de Microcrédito se dispõem de outras estratégias de proteção para garantir o retorno, criando **Estratégias De Combate A Inadimplência**, como por exemplo, a **liberação de valores** pequenos e **prazos curtos**, e a **Consulta Social**, quando na primeira concessão. Outra estratégia seria a criação de um **Fundo Garantidor De Crédito**, que se trata de um fundo que presta garantias complementares para as entidades

que são responsáveis em repassar o recurso que visa dar sustentabilidade e possibilitar a ampliação do volume de microcrédito. Possibilita a uma melhor gestão do risco de crédito e controle por parte das entidades (LANZ, 2014).

Temos ainda o papel do Comitê de Crédito da OSCIP de Microcrédito que é fundamental dentro das estratégias de concessão do microcrédito e na tentativa de eliminar a inadimplência, pois cabe a este comitê, analisar a viabilidade do negócio, os proponentes ao microcrédito, bem como os riscos envolvidos. Esta análise se baseia nos dados levantados do Agente de Crédito que já fizera uma pré-análise do negócio.

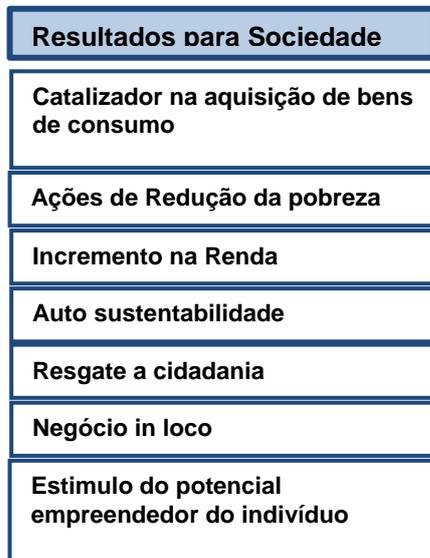
Abaixo, observa-se a segunda parte do modelo Conceitual.

OSCIP/Financiador
Grupos Solidários
Avaliação e Acompanhamento do Negócio
Liberação de Pequenos Valores
Prazos Curtos
Comitê de Avaliação de Crédito
Fundo Garantidos de Crédito
Estratégias de Combate a Inadimplência
Consulta Social

Conforme se segue, observa-se o papel da OSCIP de Microcrédito na sociedade, onde se pode verificar que tem uma fundamental função ao conceder / disponibilizar recursos para os pequenos empreendedores, buscando a eliminação da pobreza (YUNUS, 2000), não deixando a eficiência da entidade. Sendo assim, observa-se que o papel dessas OSCIP's de catalizador e potencializador na relação entre a localidade, pequenos empreendedores e erradicação da pobreza.

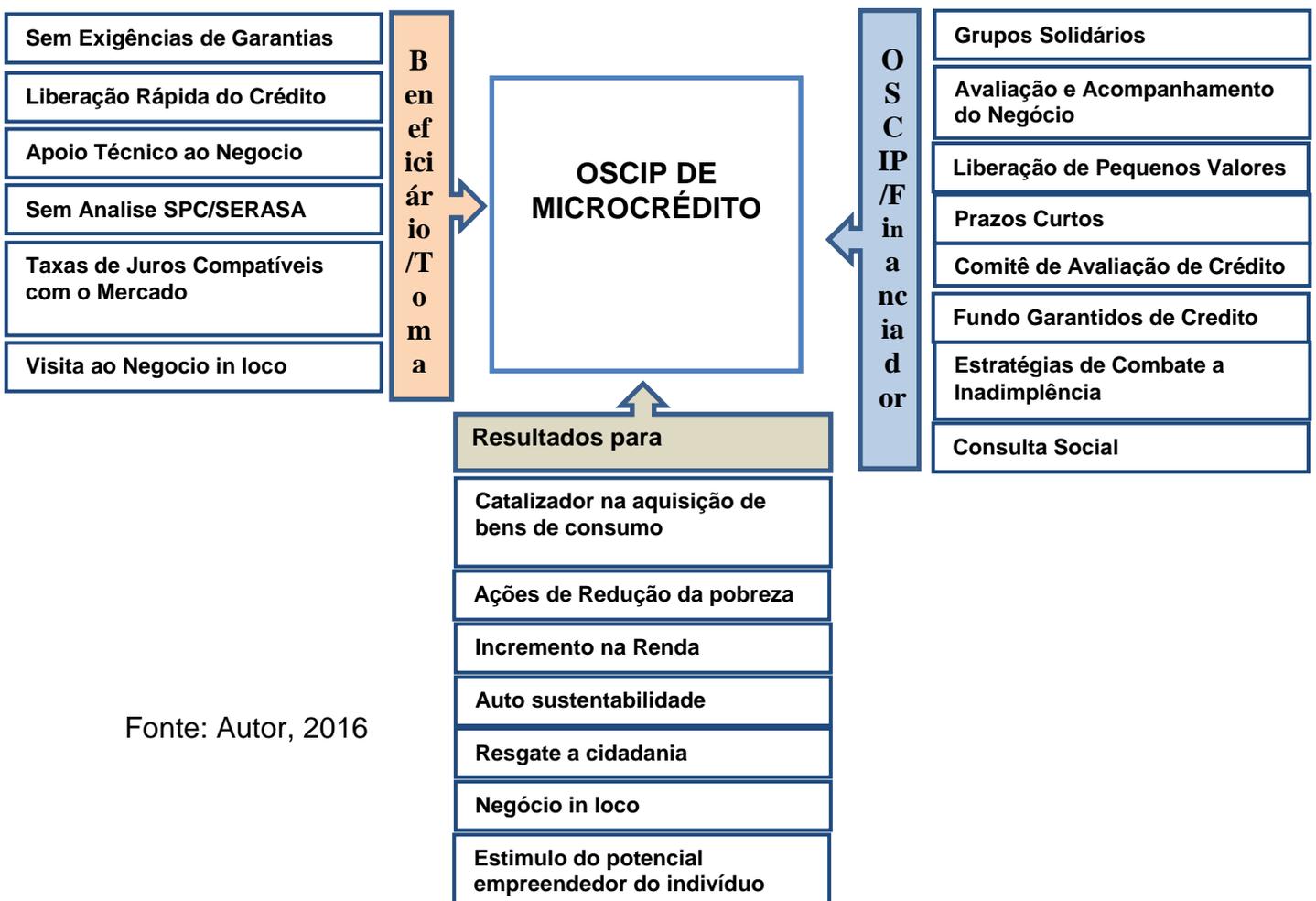
Esse papel está relacionado a possibilidade destes pequenos empreendedores poderem alterar sua vida e de suas famílias, quando no incremento da sua renda, com o sucesso do negócio. (MONZONI} NETO, 2008. ARAUJO, 2010).

Agora, pode-se observar a terceira etapa do modelo Conceitual.



Sendo Assim, podemos verificar, no Quadro 6, como se dá estas relações entre os envolvidos nas operações de Microcrédito.

Figura 3: Modelo Conceitual de uma OSCIP de MCPO MCPO



Fonte: Autor, 2016

O papel social das OSCIP's de Microcrédito garante que o uso do recurso (Microcrédito Produtivo Orientado) seja suficiente para que haja incremento na renda dos pequenos empreendedores, repercutindo em suas famílias e na comunidade ao qual pertence. (YUNUS, 2006).

4. RESULTADO DA PESQUISA

O objetivo deste capítulo é demonstrar e comparar o MODELO CONCEITUAL de uma OSCIP de Microcrédito, com o modelo existente e utilizado pela OSCIP Acreditar, objeto de estudo desse trabalho que disponibiliza o recurso (Microcrédito) para uma região e já expandiu para o estado do Ceará.

4.1. Acreditar

4.1.1. Caracterização do Município

A OSCIP Acreditar funciona em Glória do Goitá, município localizado na Mesorregião da Mata Pernambucana, na Microrregião da Vitória de Santo Antão. O município se estende por 231,832 km² e, segundo o censo (2010), conta com 29 675 habitantes, assim como apresentado na Tabela 2, sendo circunvizinha dos municípios de Vitória de Santo Antão e Feira Nova.

O Município de Glória do Goitá possui um IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,604, que o coloca na posição 64 do estado de Pernambuco.

Tabela 2: Principais Características do Município de Glória do Goitá - PE

Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo - Indicadores Sociais Municipais	
Área da unidade territorial (km ²)	231.832
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM 2010)	0,604
Índice de Gini	0,41
PIB a preços correntes (Em Mil de Reais)	148.327,00
PIB per capita a preços correntes - 2012(Em Reais)	5.072,56

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Elaborado: AUTOR 2016

O perfil da população do município de Glória do Goitá, conforme Tabela 3, está bem distribuído entre as áreas rural (46,8%) e urbana (53,2%), com o comércio na área urbana e através da feira livre que funciona aos sábados e domingos, onde ficam concentrados esses Micro empreendedores.

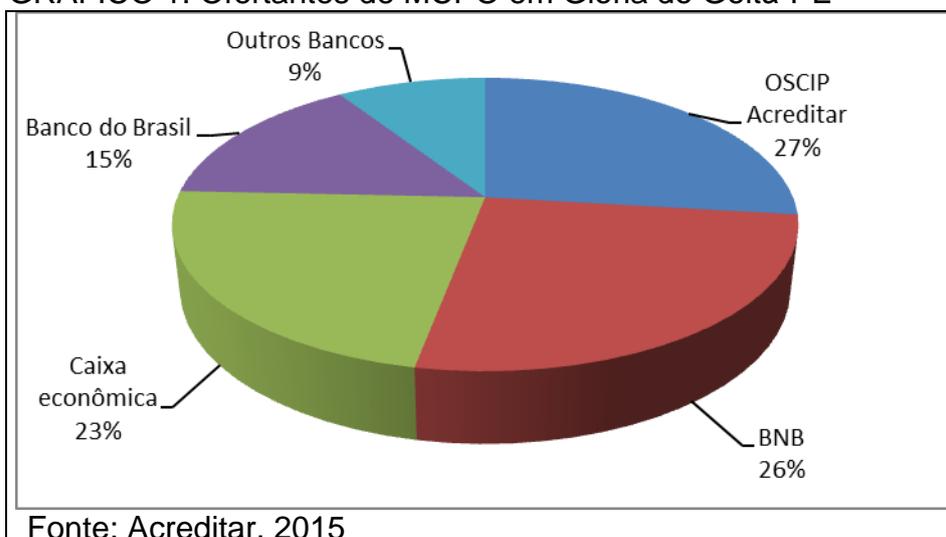
Tabela 3: Perfil da População do Município de Gloria do Goitá - PE

Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo - Indicadores Sociais Municipais	População	%
População residente	29.019	
População residente urbana	15.434	53,2%
População residente rural	13.585	46,8%
Homens	14.166	48,8%
Mulheres	14.853	51,2%
Pessoal ocupado total	1.569	5,4%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.
Elaborado: AUTOR 2016

Dentre sua população de 29.019 habitantes, 1569 possui empregos formais, ou seja, 5,4% (conforme Tabela 3), demonstrando assim a reduzida oferta de empregos deste município, cabendo a maior parte da população buscar alternativas informais de sobrevivência financeira. A partir de então, o Microcrédito é ofertado por instituições de crédito formais do município, tais como BNB, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, assim como a OSCIP Acreditar, um dos objetos deste estudo, que é responsável por cerca de 27% desta linha de crédito no município, conforme Gráfico 1.

GRAFICO 1: Ofertantes de MCPO em Gloria do Goitá-PE



Fonte: Acreditar, 2015
Adaptado: AUTOR 2016

4.1.2. Caracterização da OSCIP

A OSCIP Acreditar foi criada em julho de 2001, a partir de um projeto chamado Aliança com o Adolescente para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Brasileiro, na Bacia do Goitá – PE. Esse projeto tinha como foco principal a formação de jovens (Agentes de Desenvolvimento Local e Agentes de Desenvolvimento da Arte e da Cultura) e seu objetivo era sanar o problema da dificuldade do acesso, por parte das famílias, ao capital necessário para início das atividades dos micro empreendimentos em 2006.

A OSCIP Acreditar é uma das instituições que fomentam esta modalidade de microcrédito, buscando tornar viáveis os projetos dos Micro empreendedores da região aumentando seus retornos financeiros, assim como reduzindo a inadimplência que é de cerca de 2,5%, sendo uma das menores entre as modalidades tradicionais (Acreditar, 2015).

A sua carteira possuía em torno de 941 clientes, para um capital (funding) de R\$ 2.112.812,25 (Jan/2016), recursos advindos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), além de outras fontes de segundo piso. O microcrédito é concedido para jovens empreendedores iniciantes e grupos de mulheres, garantido por grupos solidários, onde predominam mulheres comerciantes, que têm na Acreditar uma fonte segura para capital de giro.

A instituição é responsável pelos projetos produtivos orientados, fomentando o desenvolvimento da região, com foco em áreas diversas, porém, na sua maioria, do ramo de comércio, principalmente de alimentos.

Conforme algumas visitas realizadas durante o período de Outubro a Dezembro de 2015, na OSCIP Acreditar, foram observados os procedimentos técnicos onde foi possível verificar e comparar que a entidade desempenha seu papel de agente catalisador do desenvolvimento, uma vez que tem como foco principal o fomento do recurso aos pequenos empreendedores, que possuem um projeto de negócio e necessitam do recurso, inicialmente para investimento, e na sua maioria para custeio de aquisição de matéria prima para continuidade do seu negócio.

Com o banco de dados disponibilizado pela OSCIP Acreditar, pôde-se perceber o quanto o MPO é relevante para o município de Gloria do Goitá, tanto para os que se beneficiaram do recurso quanto o próprio município.

Ao realizar uma entrevista informal com 151 (Apêndice 1) desses pequenos micro empreendedores, eles afirmam que o uso do recurso garantiu a renda e a sustentabilidade deles e de seus familiares. Os empreendimentos que foram criados, se mantêm até hoje e reutilizam este crédito como forma de manutenção, conforme demonstrado na Tabela 4:

Tabela 4: Perfil dos Contratos Liberados

Liberações	Qtd	%	VALOR	%
Renovação	735	78,11%	1.892.407,75	89,57%
Inclusão (Novo)	206	21,89%	220.404,50	10,43%
Total	941	100%	2.112.812,25	100%

Fonte: Acreditar, 2015

Adaptado: Autor, 2016

Observa-se que cerca de 78% são contratos de renovação, demonstrando que os empreendimentos mantêm um nível de inadimplência relativamente baixo, visto que essa renovação está atrelada a quitação do crédito anterior, e ainda que, como a maioria trata-se de crédito solidário, ou seja, entre grupos, os demais componentes do grupo também são adimplentes pois também só há renovação após sua quitação.

Esses recursos foram divididos nos municípios circunvizinhos, além do município sede, conforme tabela 5

.Tabela 5: Localidade Atendida pela Acreditar.

LOCALIDADE ATENDIDA	Qtd	%	VALOR	%
FEIRA NOVA	3	0,32%	2.713,50	0,13%
GLORIA DO GOITÁ	935	99,36%	2.105.008,75	99,63%
OUTROS	3	0,32%	5.090,00	0,24%
Total	941	100%	2.112.812,25	100,00%

Fonte: Acreditar, 2015

Adaptado: Autor, 2016

A maioria dos recursos disponibilizados são concedidos dentro do próprio município onde fica a sede em Gloria do Goitá-PE, mas cada vez mais estas concessões seguem crescendo em outros municípios, como Pombos e Lagoa de Itaenga, que são municípios muito pequenos, mas com grande potencial em projetos de pequenos empreendedores. Além desses, a OSCIP expandiu suas atividades para o estado do Ceará, onde iniciou suas atividades, nas regiões com o mesmo perfil. Dessa forma, pode-se, observar o grau de importância desta instituição para o desenvolvimento econômico e social da região,

Também através do banco de dados pode-se observar o perfil recorrente o microcrédito demandado, que é para pequenos projetos no ramo de comércio e na sua maioria de alimentos conforme Tabela 6:

Tabela 6: Ramo de Atividade

RAMO DE ATIVIDADE	Qtd	%
COMERCIO	762	80,98%
INDÚSTRIA	57	6,06%
SERVIÇOS	52	5,53%
AGRIOLA	70	7,44%
Total	941	100%

Fonte: Acreditar, 2015

Adaptado: Autor, 2016

Na tabela 7, pode perceber que o microcrédito é disponibilizado por meio de aval solidário, em que um grupo se forma para a liberação do recurso.

Tabela 7: Perfil do Crédito

TIPO DE CRÉDITO	Qtd	%	VALOR	%
SOLIDARIO	696	73,96%	1.517.256,25	71,81%
INDIV. INFORMAL	237	25,19%	566.872,00	26,83%
INDIV. FORMAL	8	0,85%	28.684,00	1,36%
Total	941	100%	2.112.812,25	100%

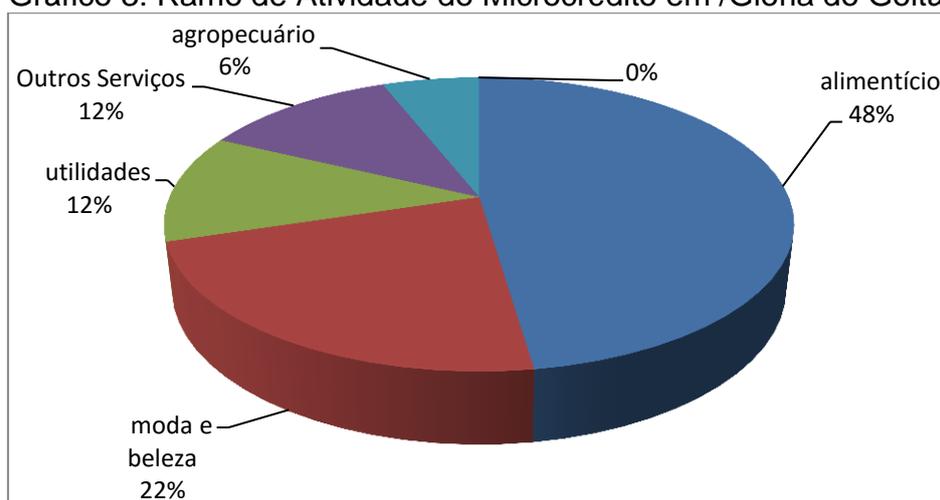
Fonte: Acreditar, 2015

Adaptado: Autor, 2016

Por fim, pode-se constatar que o uso do Microcrédito Produtivo Orientado apresenta de fato, ganhos para os tomadores, esses Micro empreendedores Individuais podem então, buscar, pelo menos em partes, uma sustentabilidade social e financeira, e juntando-se a isso o perfil empreendedor que possuem, a tendência a formalidade é clara, conforme demonstração em entrevistas informais (Apêndice 1).

Em outro estudo realizado na OSCIP, pode-se verificar o perfil dos beneficiados pelo programa de microcrédito, com uma amostra de 151 micro empreendedores, escolhidos de forma aleatória (GIL, 2008, MARCONI e LAKATOS, 2008), e que se observou na tabela 6 que o ramos de atividade que prevalece na localidade é o de comercio de alimentos, conforme se verifica no gráfico 3,

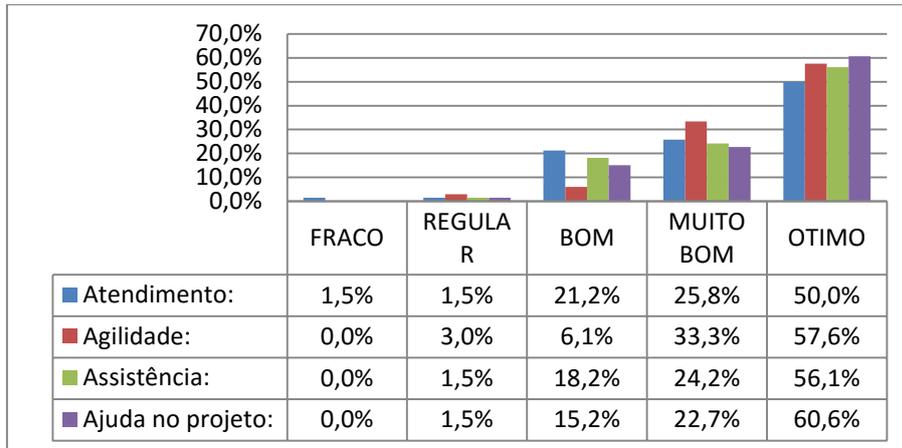
Gráfico 3: Ramo de Atividade do Microcrédito em /Gloria do Goitá-PE



Fonte: Acreditar, 2015
Adaptado: Autor, 2016

Ainda na mesma pesquisa, percebeu-se que a OSCIP acreditar possui um alto grau de relevância na região e demonstra confiabilidade para os clientes, que por sua vez, repassam a informação aos possíveis clientes, conforme Gráfico 4.

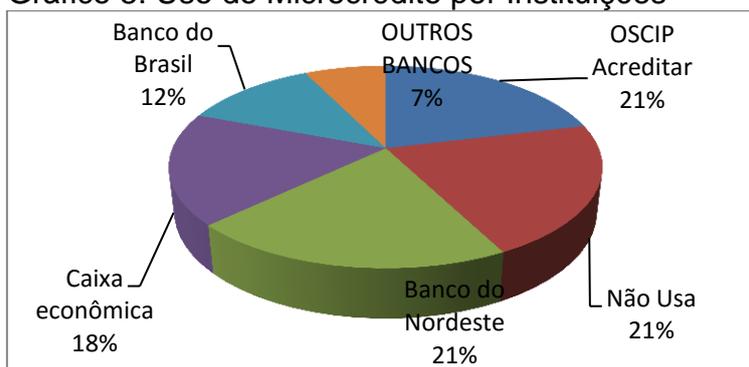
Gráfico 4 – Avaliação de a OSCIP Acreditar



Fonte: Acreditar, 2015
Adaptado: Autor, 2016

No gráfico 3, a OSCIP acreditar é a fomentadora de recurso mais utilizada pelos pequenos micro empreendedores da localidade, superior até a bancos comerciais de maior porte e públicos e chega a se iguala ao Banco do Nordeste, que tem tradição de fomento na região nordeste. Essa constatação demonstra a eficiência desta OSCIP e a capacidade de se auto sustentar, dando continuidade ao fomento do microcrédito produtivo orientado na região.

Gráfico 5: Uso do Microcrédito por Instituições



Fonte: Acreditar, 2015
Adaptado: Autor, 2016

Esse sucesso pode ser verificado através de seu fluxo operacional onde se é possível constatar o seu grau de eficiência na liberação do crédito.

4.1.3. Fluxo Operacional do Desembolso do Microcrédito da ACREDITAR:

O modelo operacional da OSCIP Acreditar segue um procedimento que valida em partes o modelo conceitual proposto nesse trabalho, pois na OSCIP, a forma de proteção utilizada não é o de Fundo Garantidos de Crédito, e sim utilizam apenas o crédito solidário. Numa condição de ofertante do recurso, seus procedimentos estão demonstrados na Figura 3, em que suas etapas também funcionam em uma sequência de análise cadastral, do projeto e da visita *in loco* do agente de crédito, que acompanha e dá suporte técnico aos pequenos empreendedores que buscam o recurso. Ainda conforme o modelo conceitual, a OSCIP Acreditar também possui um comitê de crédito que analisa e libera ou não o recurso para o proponente ao microcrédito.

Conforme visita a OSCIP Acreditar, foram observados os procedimentos técnicos e onde foi possível verificar e comparar com o modelo proposto, que a entidade desempenha seu papel de agente catalisador do desenvolvimento, uma vez que tem como foco principal o fomento do recurso aos pequenos empreendedores, que possuem um projeto de negócio e necessitam do recurso, inicialmente para investimento, e na sua maioria para custeio de aquisição de matéria prima para continuidade do seu negócio.

Abaixo será demonstrado os procedimentos utilizados pela OSCIP Acreditar:

➤ A pré-Seleção e Documentação.

O tomador é selecionado a partir de uma indicação de um cliente que já possua cadastro. O agente de crédito faz a pré-análise considerando o objetivo da aquisição do recurso, descartando quando este for apenas para consumo, pois foge do objetivo do programa. Dessa forma é possível reduzir o custo de manutenção já que há ausência de informações.

➤ Informações Cadastrais

A documentação necessária também serve como forma de reduzir a ausência de informações, visto que é possível verificar o perfil deste proponente ao crédito. Essa verificação serve para eliminar potenciais inadimplentes.

➤ Visita in loco do agente de crédito

Após a entrega da documentação e as informações cadastrais,

Análise da documentação, o agente de crédito faz a visita no local do negócio, onde se verifica a veracidade das informações, cadastrais e produtivas, e a partir daí se inicia o processo de aprovação do recurso. Esta avaliação considera a capacidade de pagamento do proponente e se analisa o volume necessário para ele, os de as vezes é inferior ao que o micro empreendedor deseja. Essa é outra forma de minimizar custos de transação, com valores e prazos reduzidos no primeiro empréstimo.

Passado essa fase, o cadastro do proponente é enviado ao comitê de crédito, que verificará a viabilidade do negócio e é liberado o recurso. Essa liberação tende a ser rápida, pois contempla outro objetivo do programa de microcrédito.

➤ Acompanhamento

Com a liberação do recurso, o agora cliente passa a ser acompanhado pelo agente de crédito em todas as fases, desde a elaboração do plano de negócio até a quitação do recurso.; com esse acompanhamento, a OSCIP busca eliminar a inadimplência, pois os pagamentos são realizados a este agente e no local do negócio.

Comparando os modelos, observa-se que o realizado pela OSCIP acreditar obedecem às premissas básicas do PNMPO, e que mesmo existindo especificidades locais, a metodologia é a mesma proposta pelo programa e que a determinação dos beneficiados segue-a de forma rigorosa, mesmo sendo mais flexível que os bancos tradicionais.

Tabela 8: Análise Comparativa dos Procedimentos do Modelo Conceitual e da OSCIP Acreditar

OPERAÇÃO	MODELO CONCEITUAL	OSCIP'S
DIVULGAÇÃO / CAPTAÇÃO DE CLIENTES	BASEIA-SE NA INDICAÇÃO DE CLIENTES E EX-CLIENTES ADIMPLENTES	DIVULGAÇÃO BOCA-A-BOCA

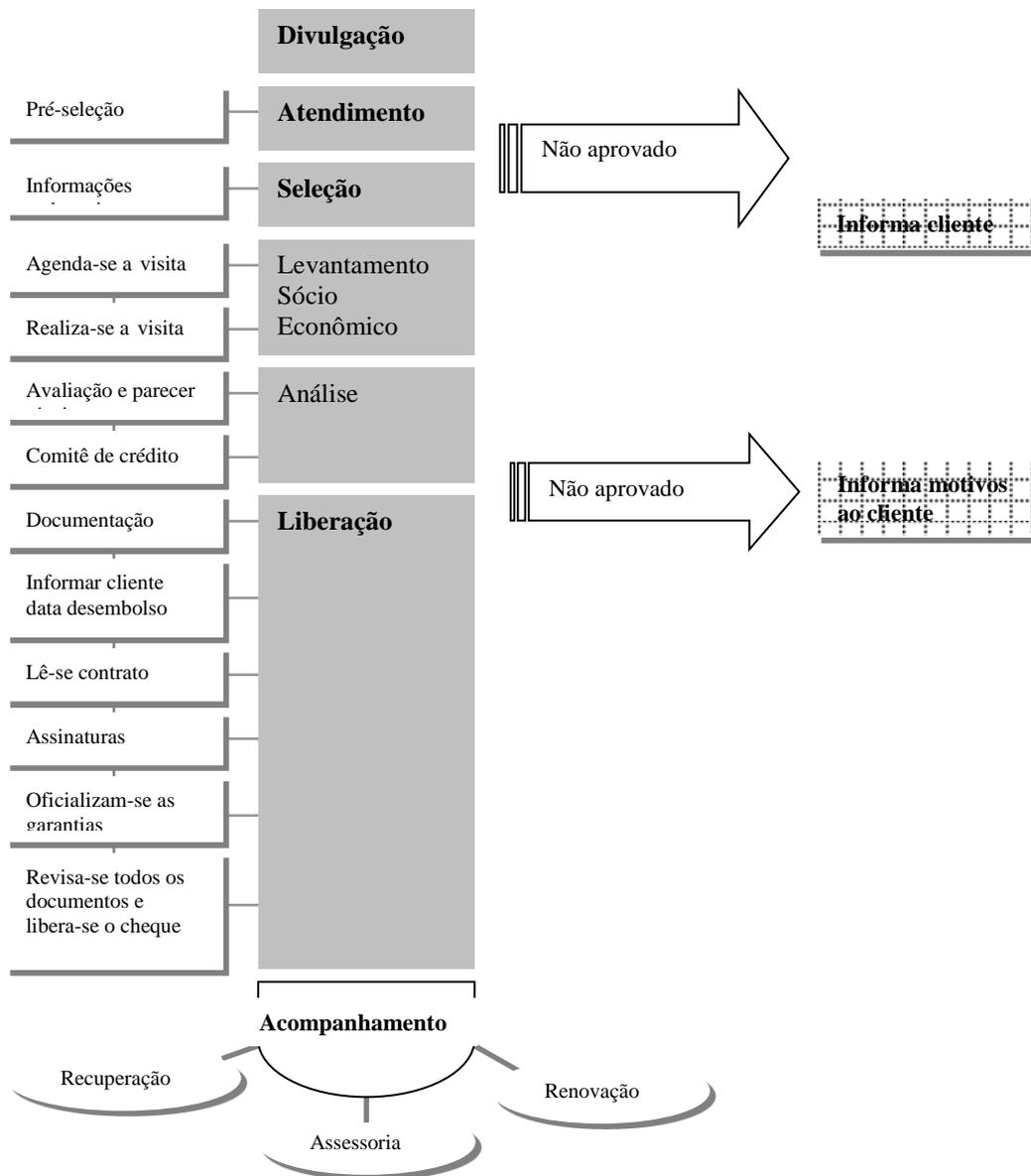
SELEÇÃO DO CLIENTE	SEM EXIGÊNCIA DE GARANTIAS REAIS	CONSULTA AO SPC/SERASA E VERIFICAÇÃO DO OBJETIVO DO PROJETO.
ANÁLISE DO PROJETO	ANÁLISE COM BASE NOS RETORNOS E NA VISITA IN LOCO DO AGENTE DE CREDITO	PREENCHIMENTO DE FORMULÁRIO PRÓPRIO COM AS INFORMAÇÕES DO PROJETO E ANÁLISE DO AGENTE DE CREDITO (VISITA IN LOCO)
LIBERAÇÃO DO RECURSO	APÓS A ANÁLISE DA VIABILIDADE, PARECER DO COMITÊ DE CREDITO. LIBERAÇÃO RÁPIDA DO RECURSO.	PARECER DO COMITÊ DE CREDITO APÓS ANÁLISE DE VIABILIDADE. RECURSO LIBERADO DENTRO DE UMA SEMANA
ACOMPANHAMENTO	ACOMPANHAMENTO PERIÓDICO (SEMANAL) E RECEBIMENTOS DAS PARCELAS NO LOCAL	VISITA SEMANAL PARA PAGAMENTO DA PARCELA DO EMPRÉSTIMO
INADIMPLÊNCIA	USO DE ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO COMO FUNDO GARANTIDOR E CRIAÇÃO DE S SOLIDÁRIOS	FORMAÇÃO DE GRUPOS SOLIDÁRIOS

Fonte : O Autor, 2016

Pode-se observar na figura 3, como é o fluxo operacional da OSCIP Acreditar, e que estes procedimentos validam fortemente o modelo conceitual proposto por esse trabalho, em virtude de que cada instituição deve adequar ao perfil da sua localidade.

Nesse fluxo é possível se verificar que um cadastro poderá não ser aprovado, quebrando a premissa do programa, porém, deve-se observar que é possível se negar o recurso caso não tenha o perfil produtivo.

Figura 4: Fluxo Operacional Acreditar



Fonte Acreditar, 2016

5. CONCLUSÕES

O mercado de crédito no Brasil ainda está aquém do necessário para que se possam buscar formas de mudança nos perfis de pobreza da população, e parte disso se dá ao fato de que o sistema financeiro tradicional ainda não percebeu o grande potencial dos pequenos empreendedores, que mesmo na informalidade, conseguem criar um empreendimento na sua localidade.

O presente estudo relevou que o MODELO CONCEITUAL proposto foi validado através de uma comparação com o modelo existente na OSCIP de Microcrédito real chamada Acreditar, localizada no município de Glória do Goitá-PE. Esta OSCIP demonstrou eficiência na sua gestão de recursos fomentados aos pequenos empreendedores do município, além de se manter de forma efetiva no que se refere a auto sustentabilidade.

Como o microcrédito produtivo orientado é um mecanismo produtivo e suficiente para fomentar a esses pequenos empreendedores uma sustentabilidade financeira, para eles e sua família, impactando na melhora da sua região, e que no caso o município de Glória do Goitá-PE possui a OSCIP Acreditar, ao qual demonstrou de forma clara a sua eficiência nas operações.

No modelo conceitual, proposto, de uma OSCIP de Microcrédito, tem por objetivo principal é a efetivação do recurso (Microcrédito Produtivo Orientado), para aqueles indivíduos que necessitam de crédito para abrir seu negócio, ou adquirir esse crédito para custeio ou capital de giro, porém esses indivíduos são excluídos do sistema bancário tradicional por não possuírem as garantias exigidas e por considerarem que possuem alto custo de monitoramento de informações. Nesse modelo conceitual, o mais importante é fomentar o desenvolvimento dos pequenos empreendedores, por ser esse o papel das OSCIP de microcrédito, ou seja, o de agente catalisador de efetivação dos projetos produtivos, gerando assim, benefícios para os pequenos empreendedores.

Essa forma de gerir o negócio de microcrédito por parte da OSCIP Acreditar, demonstrou que é possível proporcionar aos pequenos micro empreendedores, recursos financeiros de sob a forma de microcrédito Produtivo Orientado, Utilizando uma metodologia própria de análise do projeto produtivo

desses empreendedores, com acompanhamento e assistência ao negócio desde o início até a quitação das parcelas do empréstimo.

Ainda em relação a OSCIP Acreditar, pôde-se perceber o grau de relevância dessa instituição na região, pois se constatou que, dos que utilizam o microcrédito, cerca de 27% são clientes da OSCIP, inclusive empatando com o BNB (banco do Nordeste do Brasil) que tradicionalmente oferece este recurso no seu programa CrediAmigo, além de captar mais que o banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. O perfil dos pequenos empreendedores da OSCIP Acreditar e quanto ao tipo do negócio, é fundamentalmente do ramo de comércio, com cerca de 83% deles, com foco em alimento (Feira),

Conforme dados coletados através do banco de dados disponibilizado pela Acreditar, cerca de 78% dos contratos são de renovação, demonstrando a continuidade da oferta do recurso para os clientes, mesmo com tão baixo retorno nas operações, isso confirma o argumento de que com uma gestão eficiente uma OSCIP pode se manter auto sustentável, proporcionando efetividade aos projetos dos pequenos empreendedores.

Para que houvesse essa manutenção dos recursos, a OSCIP utiliza, conforme metodologia e apresentada no modelo conceitual, um procedimento protetivo, que é a criação dos grupos solidários, com mais de 74% dos clientes, e dessa forma é possível garantir o retorno do recurso, visando disponibilizar para outros essa oportunidade.

Também se pôde perceber que o Fluxo Operacional de Desembolso do Microcrédito da OSCIP Acreditar está bem estruturado de forma a garantir a seleção eficiente dos seus clientes com o suporte salutar do agente de crédito e do comitê de crédito, sendo assim, a OSCIP consegue manter a inadimplência em níveis aceitáveis, sem comprometer a gestão.

Após apresentar esse estudo de um Modelo Conceitual de OSCIP de Microcrédito, este trabalho espera contribuir para outras entidades se disponibilizem em fomentar o desenvolvimento, para de forma efetiva, atuar como agente catalisador para os pequenos empreendedores demonstrando que é possível uma OSCIP fomentar recursos para os pequenos empreendedores com baixa taxa de retorno e ainda assim ser eficiente.

Ainda é possível, com esse trabalho, provocar mais debates acerca de políticas públicas de geração de renda, inclusão social e desenvolvimento local, além de poder servir para a reflexão do papel dos bancos comerciais neste mercado.

Para futuros trabalhos e pesquisas acadêmicas, recomenda-se o aprofundamento dos seguintes temas relacionados a modelos de OSCIP's de Microcrédito.

Pois foi possível observar a necessidade de trabalhos sobre esse tema, por isso, sugerem-se, entre possíveis temas, trabalhos que:

- Se verifiquem a eficiência nos procedimentos e metodologias, onde se poderá observar o quanto esta entidade consegue gerar renda na localidade através de seus tomadores e seus impactos sociais;
- Outras comparações de modelos teóricos e suas aplicações práticas com estudos de caso de modelos de negócio vinculados à realidade brasileira;
- Verificar o impacto dos agentes de crédito na captação de clientes/tomadores;
- Identificar o sucesso dos micros empreendimentos, identificando se estes projetos são criados por necessidade ou oportunidade;

REFERENCIAS

ARAÚJO, Elaine Aparecida. Análise do desempenho financeiro e social das instituições de microcrédito brasileiras / Elaine Aparecida Araújo. – Lavras : UFLA, 2012. Disponível em http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/472/1/TESE_An%C3%A1lise%20do%20desempenho%20financeiro%20e%20social%20das%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20microcr%C3%A9dito%20brasileiras.pdf

ARAÚJO, E. A.; CARMONA, C. U. M. Construção de modelos Credit Scoring com análise discriminante e regressão logística para a gestão do risco de inadimplência de uma instituição de microcrédito. **READ. Revista Eletrônica de Administração**, v. 15, n. 1, p. 1-28, 2009. Disponível em [http://www.spell.org.br/documentos/ver/1433/construcao-de-modelos-credit-scoring-com-analis---](http://www.spell.org.br/documentos/ver/1433/construcao-de-modelos-credit-scoring-com-analis--->) Acessado em 28/01/2016.

ASHLEY, P. A.; MACEDO-SOARES, T. D.L.A; Um Modelo Conceitual para à Incorporação da Responsabilidade Social à Governança das Relações NegócioSociedade. XXVI Enanpad, 2001 Disponível em http://www.aedbaja.aedb.br/seget/artigos06/479_RSC-v.21-08.pdf, Acessado em 14/11/2015.

ASSAF NETO, A; SILVA; C. A. T. Administração do capital de giro. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1997.

ASSAF NETO, Alexandre. Finanças corporativas e valor. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BARONE, Francisco Marcelo. LIMA, Paulo Fernando, DANTAS, Valdi, REZENDE, Valéria. Introdução ao Microcrédito - Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf> Acessado em 10/10/2015

BARONE, Francisco Marcelo, Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas; Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122008000600012&script=sci_arttext acessado em 20/06/2015

BERNI, Mauro Tadeu. Operação e concessão de crédito. 1.ed. São Paulo : Atlas, 1999.

BITTENCOURT, Wanderson Rocha ; CAMPOS, Ricardo Lanna; FONSECA, Camila Lage; VIII Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração; Estudo sobre a percepção gerencial a respeito da concessão de crédito ao produtor rural e suas variáveis nas instituições financeiras de Itabira/MG, 2011. Disponível em http://www.convibra.com.br/upload/paper/adm/adm_2944.pdf. Acessado em 28/12/2015.

BRAGA, Thaiz Silveira. Programas públicos de microcrédito produtivo orientado: uma avaliação da eficácia do CrediAmigo para inserção da população de baixa

renda do setor informal no mercado de crédito / Thaiz Silveira Braga. – 2011. Disponível em <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201211091044470.TESE%20HAIZ%20BRAGA%20VERSAO%20FINAL.pdf> Acessado em 15/02/2016

BRAGA, M. B.; TONETO JR., R. Microcrédito: aspectos teóricos e experiências. Revista Análise Econômica, v. 18, 2000. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/AnáliseEconômica/article/view/10643/6277> Acessado em 01/02/2016.

BCB, Boletim do Banco Central do Brasil Brasília v. 46 Relatório 2010 p. 1-239. Disponível em < <http://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2010/rel2010p.pdf>>. Acessado em 15/10/2015.

BNDES, Relatório Anual, 2003. Disponível em < http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/ra2003/port/index.htm> Acessado em 10/10/2015

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego.- Ministério do Trabalho e Previdência Social Secretaria de Políticas Públicas de Emprego Departamento de Emprego e Salário Coordenação-Geral de Emprego e Renda. Brasília:, 2015. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A36A27C14013750E887B25674/NR-34%20\(Atualizada%202012\).pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A36A27C14013750E887B25674/NR-34%20(Atualizada%202012).pdf)>. Acesso em: 30/01/2015

CAPOBIANGO, Ronan Pereira; GOMES, Marília Fernandes Maciel. Características do Microcrédito Produtivo Orientado: Um Levantamento das Percepções dos Atores Envolvidos no Programa CrediAmigo. EnAPG, Novembro/2012, Salvador. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2012/2012_EnAPG293.pdf> Acesso em: 23/04/2015.

CARPES, Antonio Maria Da Silva. UTZIG, Mara Jaqueline Santore e CUNHA, Paulo Roberto Da PROCESSO DECISÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DE SOCIEDADE DE INTERESSE PÚBLICO (OSCIPs): UM ESTUDO EM ENTIDADES DE MICROCRÉDITO COM SEDE EM SANTA CATARINA. REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL., 2014 Disponível em <<http://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/4127>>, Acessado em 14/11/2015.

CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativos, Quantitativos e Misto. 3. Ed, Porto Alegre, Artmed, 2010.

CVM (Comissão de Valores Monetários) Relatório Anual 2014. [S.l.: s.n.], 2014. Acessado em 07/03/2016. DINIZ, Eduardo Henrique. Correspondentes bancários e microcrédito no Brasil: tecnologia bancária e ampliação dos serviços financeiros para a população de baixa renda. Relatório de pesquisa FGV/EAESP/NPP;n.42, 2010; Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/13365>, Acessado em 10/06/2015

DIÓGENES, Carla Gomes Beuter, SEGATTO, Andréa Paula, BISCAIA, Heloisa Gappmayerr Tecnologias Sociais para Inclusão e Transformação Social: Caso do Microcrédito; SEAMED; Disponível em

<<http://www.ead.fea.usp.br/semead/15semead/resultado/trabalhosPDF/363.pdf>>, Acessado em 15/05/2015

FLORES, Sandrine de Almeida. STERTZ, Estéfana da Silva. ZUCATTO, Luis Carlos. WEISE, Andreas Dittmar. MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO: FORMALIZAÇÃO EMPRESARIAL E GERAÇÃO DE EMPREGOS NA CIDADE DE PALMEIRA DAS MISSÕES (RS) V CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO Ponta Grossa, PR, 2015 . Disponível em <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiBtIDqteHKAhWFGpAKHaUPCEcQFggkMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.aprepro.org.br%2Fconbrepro%2F2015%2Fdown.php%3Fid%3D1327%26q%3D1&usg=AFQjCNGAI2eM69LBJFIXGmgqO4Vhhnqa7g&sig2=dQIG0q972neimF5EkvVa6g&bvm=bv.113370389,d.Y2I>>, Acessado em 01/02/2016.

FOLSTER, J. P. (2010). MICROCRÉDITO PRODUTIVO E ORIENTADO COMO FERRAMENTA PARA FORMALIZAÇÃO DE EMPRESAS: ESTUDO DE CASO DO BANCO DO PLANALTO NORTE ENTRE 2000 A 2007 CANOINHAS 2010. Acesso em 22 de 05 de 2015, disponível em <http://www.unc.br/mestrado/editais/Jaime-Pedro-DISSERTACAO.pdf>

FRANÇA, José Antonio de(Org); Andrade, ÁLVARO Pereira de; SILVA, ... [et al.]. Manual de procedimentos para o terceiro setor: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social - Brasília: CFC : FBC : Profis, 2015. Disponível em <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf> Acessado em 19/01/2016.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo; Métodos de pesquisa (coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS). – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO PRO BONO. Manual do Terceiro Setor. São Paulo, 2005. Disponível em <<http://www.probono.org.br/arquivos/file/manualterceirosetor.pdf>> . Acesso em: 02/11/2015

LANZ, L. Q.; PERUFO, J. V; MANTESE, F. A. M. Fundo Garantidor para Microcrédito: proposta de um modelo. Temas de Administração Pública, Araraquara, v. 9, n. 2, 2014. Disponível em <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=32&cad=rja&uact=8&ved=0CCYQFjABOB5qFQoTCNKM6pWZh8kCFYMQkAodWbsCeQ&url=http%3A%2F%2Fseer.fclar.unesp.br%2Ftemasadm%2Farticle%2Fdownload%2F6988%2F5383&usg=AFQjCNHshTpitN8pU9ZLKywK6FF6OdWSdA&sig2=4vlzsNC16Wx3m_vu3ceG0Q&bvm=bv.106923889,d.Y2I> Acessado em 15/12/2015

LEITE ,Carlos, MONTORO, Fernando Antonio Franco; A Importância do microcrédito para o desenvolvimento econômico e social e o Banco do Povo Paulista; ; A ABSCM - Associação Brasileira das Sociedades de Microcrédito; Disponível em : <http://www.abscm.com.br/download/publicacoes/A%20importancia%20do%20microc>

rédito%20para%20o%20desenvolvimento%20economico%20e%20social%20e%20o%20banco%20do%20povo%20paulista.pdf Acessado em 24/04/2015.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. ' do trabalho científico. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MONZONI Neto, Mario Prestes. IMPACTO EM RENDA DO MICROCRÉDITO: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo. 2006. Disponível em < http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E37B7BD5197/monzoni_tese_doutorado_final.pdf>. Acessado em 03.11.2013

MONZONI NETO, Mario Prestes; FIGUEIREDO, Jeovan de Carvalho; Avaliação do Microcrédito Produtivo Orientado na Renda dos Micro empreendedores; Disponível em <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-C2898.pdf>> Acessado em 20/06/2015.

PEREIRA, Helda Kelly dos Santos. OLIVEIRA, Marcelle Colares. PONTE, Vera Maria Rodrigues. Informações para prestação de contas e avaliação de desempenho de OSCIPs que operam com microcrédito: um estudo multicaso. BBR - Brazilian Business Review, vol. 4, núm. 3, septiembrediciembre, 2007, pp. 55-71 FUCEPE Business School Vitória, Brasil Vol. 5, No.1 Vitória-ES, Jan – Abr 2008 p. 55-71 ISSN 1807-734X. Disponível em < <http://www.redalyc.org/pdf/1230/123016560005.pdf>>. Acessado em

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. 3. Ed (7. Reimp.). São Paulo, Atlas, 2007

RIGHETTI, Carlos Cesar Buosi, - Efeitos do microcrédito na geração de renda em microempreendimentos: avaliação de impacto do programa Real Microcrédito . São Paulo : FGV/EAESP, 2008.

ROSATTI, Vânia. Um modelo de credit scoring para microcrédito: uma inovação no mercado brasileiro - 2010. Disponível em http://tede.mackenzie.com.br/tde_arquivos/1/TDE-2011-12-06T140412Z-1331/Publico/Vania%20Rosatti%20de%20Siqueira.pdf Acessado em 28/01/2016

SANTOS, Marina Donizete Cursino dos. QUINTAIROS, Paulo Cesar Ribeiro e VIEIRA, Edson Trajano. A intermediação financeira: as linhas de crédito de curto, médio e longo prazo dos bancos comerciais e o BNDES. Espacios. Vol. 34 (4) Pág. 16. 2013. Disponível em < <http://www.revistaespacios.com/a13v34n04/13340416.html>>.

SCHREIBER, J. G. O PAPEL DO MICROCRÉDITO NO COMBATE À POBREZA: avaliação do impacto do microcrédito sobre a renda dos micro empreendedores, clientes do banco do empreendedor. 2009. Tese (Doutorado em Ciência da Computação)— UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Disponível em < http://www.economia.ufpr.br/Teses_Doutorado/29_JOSÃO_GENTIL_SCHREIBER.pdf> Acessado em 01/02/2016.

SCHUMPETER, J.A. A teoria do desenvolvimento econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1988

SEBRAE. TUDO QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE MEI. [S.l.: s.n.], 2016. Disponível em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/Microempreendedor-Individual-conta-com-o-Sebrae> Acessado em 07/03/2016

SILVA, José Pereira da. Gestão e Análise de Risco de Crédito. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SILVA, José Pereira da. Gestão e análise de risco de crédito. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SINDOU, Maria Jose Othon. Dicionário Jurídico - Academia Brasileira de Letras Jurídicas - 10ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

SOUZA, Nali de Jesus de. Considerações Sobre a Dissertação de Mestrado; Revista Análise Econômica, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ano 9, n. 16, 1991. Disponível em http://www.nalijosouza.web.br.com/downloads/artigos/metod_diss.pdf Acessado em 09/07/2015.

VARIAN, Hal. MICROECONOMIA: PRINCÍPIOS BÁSICOS. Editora Campus, Sétima Edição, ISBN 978-85-352-1670-7, 2007.

YUNUS, Muhammad. O banqueiro dos pobres. São Paulo: Editora Ática, 2006.

YUNUS, Muhammad. Um mundo sem pobreza, a empresa social e o futuro do capitalismo. 1ª ed. 3ª impressão. São Paulo: Ática, 2010.

ZAMBALDI, Felipe, MOURA, Mauricio José Serpa Barros de, ARANHA, Francisco e FERREIRA, Eduardo Carlos A Questão Da Seleção Adversa No Microcrédito Produtivo Orientado: Um Estudo Empírico Sobre O Comportamento De Adimplência De Empreendedores De Baixa Renda. PESQUISA & DEBATE, SP, volume 16, número 2(28), pp. 309-331, 2005. < <http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/download/11878/8597>>

ANEXOS

ANEXO 1: RELAÇÃO CONTRATOS LIBERADOS - Acreditar de 2007 a 2016

PRO MICRO

PROMICRO - Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Microempreendentes


 Acreditar
 Capital humano e transformação social

RELAÇÃO CONTRATOS LIBERADOS

FUNDO: Todos Fundos	AGENTE: Todos Agentes	UNIDADE: Todas Unidades
BAIRRO: Todos Bairros	CIDADE: GLÓRIA DO GOITÁ	PERÍODO: 01/01/2007 Até 31/01/2016

Liberações		
Entrada	Qde	Valor
Renovação	735	R\$ 1.892.407,75
Inclusão	206	R\$ 220.404,50
Total	941	R\$ 2.112.812,25
Gênero		
	Qde	Valor
M	311	R\$ 661.499,00
F	630	R\$ 1.451.313,25
Total	941	R\$ 2.112.812,25
Investimento		
	Qde	Valor
MISTO	110	R\$ 220.807,00
GIRO	720	R\$ 1.651.570,75
FIXO	111	R\$ 240.434,50
Total	941	R\$ 2.112.812,25

Liberações		
Est. Civ.	Qde	Valor
VUVO (A)	17	R\$ 16.428,00
SOLTEIRO	321	R\$ 672.514,50
SEPARADO(A)	9	R\$ 20.175,00
DIVORCIADO(A)	6	R\$ 12.609,00
CASADO(A)	588	R\$ 1.291.085,75
Total	941	R\$ 2.112.812,25
Tipo		
	Qde	Valor
Informal	638	R\$ 1.756.015,25
Formal	103	R\$ 354.797,00
Total	941	R\$ 2.112.812,25

Liberações		
Ramo	Qde	Valor
SERVIÇOS	52	R\$ 62.667,00
INDÚSTRIA/SERVIÇOS	8	R\$ 24.697,50
INDÚSTRIA/COMÉRCIO	41	R\$ 87.217,50
INDÚSTRIA	8	R\$ 17.090,50
COMÉRCIO/SERVIÇOS	60	R\$ 181.369,00
COMÉRCIO	702	R\$ 1.585.481,25
AGROPECUÁRIA	70	R\$ 134.069,50
Total	941	R\$ 2.112.812,25
Tipo		
	Qde	Valor
Solidário	696	R\$ 1.517.296,25
Ind. Informal	237	R\$ 566.672,00
Ind. Formal	8	R\$ 28.694,00
Total	941	R\$ 2.112.812,25

Liberação por Agente				
Agente	Qde	Financ	Rotativo	Total
LUCIMAR VERAS	868	R\$ 2.007.697,25	R\$ 0,00	R\$ 2.007.697,25
MANASSESS	61	R\$ 76.940,00	R\$ 0,00	R\$ 76.940,00
MANASSESS ROC	7	R\$ 11.950,00	R\$ 0,00	R\$ 11.950,00
ROBERTO JUNIO	1	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000,00
SHIRLEIDE KELL	4	R\$ 15.225,00	R\$ 0,00	R\$ 15.225,00
Total	941	R\$ 2.112.812,25	R\$ 0,00	R\$ 2.112.812,25

Liberação por Unidade				
Unidade	Qde	Financ	Rotativo	Total
FEI	3	R\$ 2.713,50	R\$ 0,00	R\$ 2.713,50
GLO	938	R\$ 2.105.008,75	R\$ 0,00	R\$ 2.105.008,75
LAG	2	R\$ 4.060,00	R\$ 0,00	R\$ 4.060,00
POM	1	R\$ 1.030,00	R\$ 0,00	R\$ 1.030,00
Total	941	R\$ 2.112.812,25	R\$ 0,00	R\$ 2.112.812,25
Média	236,25	R\$ 628.203,06	R\$ 0,00	R\$ 628.203,06

Liberação por Fundo		
Fundo	Qde	Valor
FUNDO ACREDI	99	R\$ 155.301,50
FUNDO ANDE	195	R\$ 279.575,50
FUNDO CAIXA	45	R\$ 88.746,25
FUNDO EMPRE	347	R\$ 1.121.173,50
FUNDO GANHO	39	R\$ 31.915,50
FUNDO GENER	109	R\$ 270.272,00
FUNDO ITAU	9	R\$ 12.860,50
FUNDO JOVEN	30	R\$ 42.271,00
FUNDO NOVOS	65	R\$ 110.893,50
Total	941	R\$ 2.112.812,25

Empregos Gerados - Mantidos - Dependentes					
Empregos Gerados			Empregos Mantidos		
Descrição	Qde	%	Descrição	Qde	%
Num. Emp. Ger. Mulheres	0	0,00	Num. Empr. Mant. Mulheres	0	0,00
Num. Emp. Ger. Homens	0	0,00	Num. Empr. Mant. Homens	0	0,00
Num. Emp. Gerados	0	0,00	Num. Empr. Mantidos	0	0,00
Num. Criações Dependentes (Empregadas e Proprietários)					1268

APENDICES

APÊNDICE 1: Questionário

PESQUISA REFERENTE A O PERFIL DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**1. SEXO**

() Masculino () Feminino

2. Faixa etária:

() De 18 a 30 () 31 a 45 () 46 a 60
() 60 ou mais

3. Estado civil:

() Casado(a) () solteiro(a) () viúvo(a)
() união estável () separado(a)

4. Tipo de habitação:

() Própria () alugada

5. Quantos familiares moram em sua residência?

() Moro só () dois () Três () quatro
ou mais

6. Qual a sua renda familiar?

() Um salário mínimo () dois salário mínimo
() três salário mínimo () quatro salário mais

7. Você é o (a) principal responsável pela renda familiar?

Sim () não()

8. O que você possui de bem na família?

Carro () moto()

9. Tipo de empreendimento:

() Serviços () moda e beleza ()
utilidades () agropecuário ()
alimentício () saúde () esporte e
lazer outro: _____

10. É formalizado?

Sim () não()

11. Quanto tempo você tem esse empreendimento?

() Ate 1 ano () de 2 a 3 anos () de 4
a 5 anos () mais de 6 anos.

12. Você usa o micro crédito produtivo orientado?

Sim () não()

13. Quantas vezes você usou o crédito?

() Uma vez () duas vezes () três
vezes () quatro vezes ou mais

14. Motivo do uso

() Necessidade () Oportunidade

15. O uso do microcrédito produtivo orientado melhorou sua situação?

Sim () não()

16. De fomentador você foi cliente?

() Acreditar () BNDS () Banco do
Brasil () Caixa econômica

Outro: _____

17. Desde quando você utiliza micro crédito?

18. Faz parte de alguma associação empresarial?

Sim () não()

19. Como conheceu a OCISP Acreditar?

() Radio () Jornal/revistas ()
amigos/familiares () internet ()
televisão

20. Avalie a OSCIP acreditar na escala de 1 a 5.

Atendimento: 1() 2() 3() 4() 5()

Agilidade: 1() 2() 3() 4() 5()

Assistência: 1() 2() 3() 4() 5()

Ajuda no projeto: 1() 2() 3() 4() 5()